

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

VIVIANE ARCANJO DE OLIVEIRA

O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DE MINAS GERAIS

FRANCA, 2022

VIVIANE ARCANJO DE OLIVEIRA

O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José de Oliveira Lima

FRANCA, 2022

O48s

Oliveira, Viviane Arcanjo

O serviço social em empresa de energia elétrica de Minas Gerais / Viviane Arcanjo Oliveira. -- Franca, 2023

106 f. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria José de Oliveira Lima

1. Serviço social em empresa. 2. Serviço social na Cemig. 3. Trabalho de assistentes sociais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Prof.^a Dr.^a Maria José de Oliveira Lima

1º Examinador:_____

Prof.^a Dr.^a Josiani Julião Alves de Oliveira – FCHS/Unesp

2º Examinador:_____

Prof.^a Dr.^a Angela Santana do Amaral – DSS/UFPE

Franca, setembro de 2022

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores das empresas de energia elétrica. Com vocês aprendi a superar as dificuldades do dia a dia, as condições de trabalho, de saúde e os riscos constantes de morte a que cada trabalhadora e cada trabalhador são expostos para que o restante da população tenha um mínimo de conforto e condições de produzir. “Vocês são os motores que nos movem. Não há indústria, escola, hospital, comércio, enfim, não há modo de produção sem o trabalho árduo e corajoso de vocês”.

Dedico também a todas as assistentes sociais da Cemig por tudo o que foi construído por vocês durante todos estes anos em especial a Aurea Starling, Denise Luz, Geisa Marques, Renata Suzano pelo incentivo e apoio na construção deste trabalho.

Gratidão a cada uma e cada um de vocês por tanto aprendizado.

AGRADECIMENTOS

O momento da realização deste Mestrado foi deveras desafiador, pois a realidade de uma pandemia, nunca vista por esta geração, foi algo que nos trouxe, de maneira absurda, a sensação do medo, o estranhamento do ficar só consigo mesmo(a), a insegurança e a insignificância diante do desconhecido. Por menor que seja, o desconhecido desse cenário vivido por todo o mundo foi capaz de nos mostrar que não há fronteira, não há raça, não há religião, não há classe social, pois todos(as) fomos atingidos(as) em menor ou maior grau.

Aqui, deixo registrados meus agradecimentos a cada pesquisador e pesquisadora, às Universidades que se inclinaram para os estudos sobre a Covid-19, suas consequências, causas e impactos socioambientais, econômicos e sociais registrados nos últimos anos.

Através do trabalho destas pessoas e das Universidades foi possível a criação de mecanismos e instrumentos para mitigar os estragos que seriam certamente maiores sem a presença destes(as) estudiosos(as).

A todos e todas, o meu respeito e reverência.

Aos amigos e familiares:

Iaiá, avózinha querida, só nós conhecemos as lembranças gostosas registradas em nossos corações para todo o sempre.

Mãe, minha rainha, árvore de onde brota minha fortaleza: te agradeço por nunca me permitir parar, mesmo diante das dúvidas e dos medos. Te amo: ontem, hoje e sempre. Nossa sintonia vai além do tempo.

Meus pais, minha ausência tem se feito presente nos últimos tempos. Mas foram tempos de construções. Vocês estão presentes em cada pensamento meu. Sou privilegiada por ter dois pais tão amorosos como vocês.

Cris e Izis, flores que perfumam meu coração diariamente. Minhas amigas, companheiras de vida, testemunhas de tantas histórias lindas e de aprendizados. O amor que nos conecta está presente até nas menores coisas.

Cunhados e demais familiares, amo vocês mais que chocolate (risos).

Meus sobrinhos, vocês me permitem viver os melhores momentos da minha vida. Obrigada por serem o combustível e a energia que me impulsionam para frente. Vocês são luz no meu caminho.

Meu companheiro Diogo, agradeço a você que compreendeu o desafio que seria conviver com um ser faminto por novos conhecimentos e me apoiou em tudo o que precisei durante essa caminhada. Receba todo o meu amor, carinho e agradecimentos.

Claudia, Katia e Sarah, amigas de vida, irmãs de alma, como dizemos umas para as outras. Toda a minha gratidão por compreenderem as ausências, pelas energias positivas emanadas em minha direção e pelas palavras de conforto em todos os momentos de fragilidade e recolhimento para os estudos.

Leonardo David, como não te agradecer, meu amigo. De maneira especial, quero te dizer que o sonho do Mestrado se iniciou com seu incentivo e por tudo o que você fez por mim para que este desejo se tornasse realidade. Nossa amizade e minha gratidão serão eternas.

Professores Tarcisio e Darwin, como sou privilegiada por ter vocês dois nessa caminhada. Queridos Mestres lá do ensino fundamental que me ensinaram a “questionar a vida”, “a valorizar a classe trabalhadora” e a “indignar-me diante das injustiças da vida”. Obrigada por acompanharem minha jornada acadêmica até os dias atuais.

Demais amigos, agradeço a cada um e a cada uma que torceram por mim durante os anos do Mestrado. Mandaram mensagens de coragem, ouviram-me nas angústias e sorriram comigo quando eu conseguia avançar em alguma etapa. Tenham certeza que aquelas frases: “Oi, como você está?”, “Conte comigo” fizeram toda a diferença.

À Capes e à comissão da Universidade, pois através deste incentivo consegui direcionar minhas energias para a pesquisa, para a escrita e para a participação em eventos científicos, o que não seria possível sem o apoio de vocês. Muito obrigada!

Às(aos) professoras(es) que conheci durante o mestrado, em especial a Prof.^a Dr.^a Josiani Julião (UNESP), Prof.^a Dr.^a Cirlene(UNESP), Prof.^a Dr.^a Nayara(UNESP) e Prof.^a Dr.^a Carla Agda (UFGO), pela amizade para além da sala de aula.

À Denise e aos demais trabalhadores do setor administrativo da Unesp de Franca, por todo o apoio recebido.

À Prof.^a Dr.^a Angela Santana do Amaral (UFPE) e à Prof.^a Dr.^a Eliana Bolorino Canteiro Martins (UNESP), agradeço pelas contribuições e leveza na banca de qualificação.

Maria José, minha orientadora e amiga. Deixei-a por último, propositalmente, porque quero te dizer que todas as palavras que significam “agradecimento” se fazem pequenas diante do que sinto quando penso em tudo o que você fez por mim durante este processo formativo. Nenhuma palavra consegue traduzir a gratidão que sinto pelo apoio, pela sua compreensão e pelas palavras que me aliviaram os sintomas da ansiedade e do medo de não conseguir finalizar. Com o seu incentivo consegui perceber habilidades e possibilidades que nunca imaginei ter. A inserção no grupo de pesquisa GESTA, onde o convívio com tantas pessoas queridas me proporcionou aprendizados riquíssimos diariamente, viabilizou os trabalhos que realizamos juntas e que fizeram muita diferença na finalização deste Mestrado. Muito obrigada. Esse sentimento, você pode ter certeza, será eterno.

Sobre a vida...

“A virtude que tivessem de ter, deu de se recolher de novo em mim, a modo que o truso dum gado mal saído, que em sustos se revolta para o curral, e na estreitez da porteira embola e rela.

Sentimento que não espaíro; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso – o que queria e o que não queria, estória sem final.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será?

Era o que eu às vezes achava ao clarear do dia”.

João Guimaraes Rosa, “Grande Sertão: Veredas”

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o trabalho profissional de assistentes sociais na Companhia Energética de Minas Gerais S/A – Cemig, empresa de produção, comercialização e manutenção na área de energia elétrica no estado de Minas Gerais. Como objetivo principal, buscou compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais nessa empresa, a partir de um histórico do Serviço Social. Para alcançar este objetivo, foi necessário conhecer a realidade empresarial da Cemig no Estado de Minas Gerais, e a história do Serviço Social, destacando seus desafios e experiências. Para tanto, em um primeiro momento, lançou-se mão do levantamento bibliográfico e de estudos teóricos sobre o Serviço Social em empresa, através de produções bibliográficas do Serviço Social. Em seguida, optou-se por se utilizar do estado da arte como recurso metodológico, mediante plataformas de registros das produções de teses e dissertações da Capes. Entre os resultados desse levantamento dos estudos encontrados sobre o Serviço Social em empresas, ressaltam-se dez produções acadêmicas cujas temáticas muito se aproximaram do objeto deste estudo e que serão apresentadas. Para finalizar a pesquisa, fez-se contato com assistentes sociais aposentadas da Cemig, e estas discorreram sobre a criação do Serviço Social na empresa, suas demandas, desafios e experiências, trazendo contribuições significativas para a categoria de assistentes sociais e pesquisadores.

Palavras-chave: Serviço Social em empresa; Serviço Social na Cemig; Trabalho de assistentes sociais.

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objeto de estudio el trabajo profesional de los Trabajadores Sociales de la Companhia Energética de Minas Gerais S/A – Cemig, empresa de producción, comercialización y mantenimiento en el área de energía eléctrica en el estado de Minas Gerais. Su objetivo principal fue comprender la labor profesional desarrollada por los trabajadores sociales en esta empresa, a partir de un rescate histórico del Trabajo Social. Para lograr este objetivo, fue necesario conocer la realidad empresarial de Cemig en el Estado de Minas Gerais, y la historia de la Obra Social, destacando sus desafíos y experiencias. Para ello, en un primer momento, buscó a través del levantamiento bibliográfico, estudios teóricos sobre el Trabajo Social en las empresas a través de producciones bibliográficas del Trabajo Social. Luego hubo interés en descubrir otras investigaciones sobre Trabajo Social en las empresas, por lo que optó por utilizar el estado del arte como recurso metodológico, a través de las plataformas de registros de las producciones de Tesis y Disertaciones de la Capes. Los resultados de esta encuesta sobre Trabajo Social en las empresas destacaron diez producciones académicas cuyas temáticas fueron muy cercanas al objeto de este estudio. Para finalizar la investigación, se tuvo contacto con trabajadores sociales jubilados de Cemig, cuando relataron sobre la creación del Servicio Social en Empresa, sus demandas, desafíos y experiencias, trayendo aportes significativos para la categoría de trabajadores sociales e investigadores.

Keywords: Trabajo Social en una empresa; Servicio Social en Cemig; Trabajo de los trabajadores sociales.

LISTA DAS TABELAS

Tabela I: Produções acadêmicas localizadas por décadas.....	55
Tabela II: Quantitativo de dissertações e teses referentes às palavras-chave utilizadas.....	63
Tabela III: Pesquisas encontradas utilizando-se os termos Empresas, Serviço Social em empresas e Serviço Social em empresas do ramo de energia	64
Tabela IV: Identificação das participantes da pesquisa.....	84
Tabela V – Identificação das representações regionais.....	87
Tabela VI-Profissionais da equipe do Serviço Social da Cemig.....	85

LISTA DAS QUADROS

Quadro I Perfil das universidades pesquisadas inicialmente	59
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico Categoria Ano	56
Gráfico Produções acadêmicas por região do país.	59
Gráfico Categoria Instituição Formadora.....	58
Gráfico Área de conhecimentos.	61
Gráfico Nível de formação.....	62
Gráfico Idiomas das produções.....	63
Gráfico sobre os assuntos estudados pela Universidade	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCE	Associação Brasileira de Concessionárias de Energia
AEC	Associação dos Empregados do Comércio
AMFORP	American Share Foreign Power Company
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BMDG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAAD	Coordenadoria de Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência do Estado de Minas Gerais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CERJ	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFLMG	Companhia Força e Luz de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil-EUA
CME	Companhia Mineira de Eletricidade
CMEB	Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRP	Centro de Reabilitação Profissional do INSS
CSME	Companhia Sul Mineira de Eletricidade
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DME	Departamento Municipal de Energia Elétrica de Poços de Caldas
ELFISA	Empresa Luz e Força Ituiutabana

EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
ERMIG	Empresa de Eletrificação Rural de Minas Gerais
EUA	Estados Unidos da América
GASMIG	Companhia de Gás de Minas Gerais
GCOI	Grupo Coordenador para Operação Interligada
LIGHT	<i>Brazilian Traction, And Power C. Ltda.</i>
MEC	Ministério da Educação
MME	Ministério de Minas e Energia
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESI	Serviço Social da Indústria
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A construção da metodologia da pesquisa	22
1 UM PAÍS DE NOVAS TECNOLOGIAS: A ELETRICIDADE CHEGA AO BRASIL.....	25
1.1 Trajetória histórica do desenvolvimento das empresas de energia elétrica no Brasil	25
1.2 Cemig: a concessionária de energia elétrica de Minas Gerais	43
2 SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA: 1987 A 2020	51
2.1 Primeiro passo: Desvendar o “Estado da Arte”	52
2.2 Os Bancos de dados da Capes como locus da investigação	54
2.3 Informações apreciados no banco de Dados Abertos da Capes.....	55
2.3.1 Categoria Ano	56
2.3.2 Categoria região do país	57
2.3.3 Categoria Instituição Formadora.....	59
2.3.4 Área de conhecimentos	61
2.3.5 Nível de formação	62
2.3.6 Idiomas das produções	63
2.3.7 Palavras-chave.....	63
2.4 Análise das teses e dissertações sobre o Serviço Social em empresas no ramo de energia elétrica encontradas no percurso da pesquisa.....	64
3 O SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: UMA EXPERIÊNCIA NA CEMIG/MG78	
3.1 Contextualizando a inserção do Serviço Social nas empresas	78
3.2 Serviço Social na Cemig: caminhos metodológicos	84
3.3 A experiência do trabalho profissional de assistentes sociais da Cemig.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o trabalho profissional de assistentes sociais na Companhia Energética de Minas Gerais S/A – Cemig, empresa de produção, comercialização e manutenção na área de energia elétrica no estado de Minas Gerais. Como objetivo principal, intentou compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais nessa empresa, a partir de um histórico do Serviço Social. Para alcançar este objetivo foi necessário conhecer a realidade empresarial da Cemig no Estado de Minas Gerais, e a história do Serviço Social, destacando seus desafios e experiências.

A escolha pelo objeto de estudo em pauta, “Serviço Social em empresas de energia elétrica”, teve como motivação a trajetória profissional da pesquisadora, iniciada no ano de 2015, numa empresa de prestação de serviços para a Cemig. Esta experiência teve duração de seis anos e serviu de “projeto piloto e observação”, oferecendo subsídios para a implantação do setor em outras empresas de mesma natureza de atividades que, posteriormente, vieram a compor os contratos de prestação de serviço da empresa estatal.

Durante este período, a pesquisadora trabalhou por 18 meses no setor de Serviço Social da Cemig, nos anos de 2017-2018, via contrato temporário, período em que percebeu a necessidade de explorar teoricamente este campo de atuação, bem como registrar e dar visibilidade ao trabalho profissional executado pelas assistentes sociais pioneiras desta empresa.

Durante os anos de atuação e do convívio com os demais profissionais assistentes sociais destas empresas, vários questionamentos surgiram sobre o Serviço Social na Cemig. Para a construção do objeto de estudo, foram elaboradas algumas indagações sobre o Serviço Social na empresa, a exemplo de: quando e como foi a criação do setor de Serviço Social nessa empresa? Qual público era atendido pelo Serviço Social? Quais demandas a empresa solicitava ao Serviço Social?

Na tentativa de responder a essas indagações, foi identificado o universo da pesquisa, constituído pelo Serviço Social da empresa estatal Companhia Energética de Minas Gerais S/A – Cemig, definindo um recorte temporal que se iniciou nos anos de 1960, período da criação do Serviço Social dessa empresa, até a década

de 1990, quando se deram várias mudanças em decorrência do processo de Reestruturação Produtiva.

A presente pesquisa poderá contribuir com o processo de formação profissional por meio das reflexões sobre o tema, além de fomentar novos estudos e descobertas, o que oferecerá subsídios para o trabalho profissional. Vale considerar que este objeto de estudo, o Serviço Social na empresa, é pouco abordado em publicações ou eventos da categoria, se comparado com outras temáticas. Novas investigações precisam ser realizadas para o fortalecimento do Serviço Social como profissão.

Segundo a pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2005, dos 1.049 profissionais entrevistados, 13,19% atuavam em empresas privadas.

Na busca por referenciais bibliográficos acerca da atuação destes profissionais em empresas, chamaram atenção os dados apresentados no volume 100 da revista Serviço Social & Sociedade, lançado em 2009, em comemoração aos trinta anos da revista, em que foi divulgado o estudo documental realizado pela assistente social e pesquisadora Maria Ozanira da Silva, trazendo as informações sobre as produções socializadas neste renomado periódico durante os anos de 1979 a 2009.

Conforme os dados apresentados na revista, houve muitas publicações, todavia o tema Serviço Social na empresa não foi contemplado.

Percebe-se que nas três décadas estudadas, as produções socializadas tiveram como foco temas relacionados aos momentos históricos, aos cenários político e econômico e aos campos de atuação da categoria de assistentes sociais.

Segundo a autora:

[...] no período de 1979-1989 as temáticas socializadas foram: saúde; participação popular; movimentos sociais populares; movimentos operários; política social; trabalho comunitário; família, criança e adolescente. Todos os temas situam-se diretamente ao âmbito do Serviço Social por constituírem campos de prática profissional. (SILVA, 2009).

A temática “trabalho” obteve nesta década apenas três publicações – uma baixa produção literária se comparado aos temas ligados aos campos de atuação de assistentes sociais.

Na segunda década estudada, de 1990 a 1999, foram publicados 321 artigos e os debates apresentaram pesquisas sobre diversos temas sobre a prática inter-

ventiva e acadêmica da profissão. Entre estas publicações, 26 artigos destacaram os temas trabalho, transformações no mundo do trabalho, revolução informacional, nova ordem mundial, reestruturação industrial e globalização.

Entre os anos de 2000 e 2009, foram publicados 523 artigos pela revista; destes, o tema trabalho se subdivide entre trabalho e políticas públicas, e trabalho e desemprego. A partir da análise desta pesquisa sobre as publicações da revista Serviço Social & Sociedade editadas no ano de 2009, percebeu-se que houve um grande investimento por parte da categoria profissional na produção do conhecimento em diversas temáticas, contudo, observou-se a carência de estudos relacionados à intervenção de assistentes sociais nas empresas.

Nesse sentido, destaca-se a importância desta investigação, que visa compreender o Serviço Social na empresa do segmento de energia elétrica, um setor de grande impacto na economia brasileira e com tendência a crescimento devido às mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990.

Para o desenvolvimento deste estudo, compreende-se empresa como sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ao sistema social global do qual faz parte (INFESTAS GIL, 1993 apud LIMA, 2005).

Acompanhando esse raciocínio, Lima e Cosac (2005) explicam:

Esse sistema social é complexo porque envolve pessoas e suas heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais, étnicas que também se fazem representar por um conjunto de habilidades próprias, capazes de transformações no espaço empresarial, com o objetivo de satisfação de necessidades coletivas e individuais. (LIMA; 2005, p. 2).

Esta investigação partiu da premissa de que a criação e a caminhada histórica do Serviço Social da Cemig durante todos os anos de sua existência, mesmo diante das contradições inerentes ao contexto econômico e político do país, possibilitaram o atendimento e o acompanhamento qualificado das demandas dos trabalhadores pelos(as) assistentes sociais da empresa em questão.

Tal situação foi possível devido ao número expressivo de profissionais do Serviço Social contratados ou concursados que passaram por esta Instituição e pelo compromisso de cada assistente social com o rigor ético e técnico em suas intervenções.

A empresa, como os demais campos sociocupacionais do Serviço Social, apresenta grandes desafios para os(as) assistentes sociais, uma vez que consiste num espaço de contradições e complexidades inerentes à relação capital e trabalho. Mesmo nessa situação, o Serviço Social na empresa tem possibilidades de intervenção, assumindo espaços estratégicos junto à direção empresarial, como também nas lutas por direitos sociais dos trabalhadores ali presentes.

O período que marca o início do Serviço Social na Cemig, década de 1960 e 1970, está inserido num contexto em que grande parte do mundo passava por significativas mudanças que impactariam as economias dos países de maneira global. O conhecido capital “regulado” começava a perder força; as dívidas públicas e privadas aumentavam; observava-se a falta de controle da alta dos preços, o desemprego em grande escala e questionamentos por parte das elites político-econômicas sobre a atuação do Estado quanto à proteção social. Todos esses elementos contribuíram com o que foi proposto mais adiante pelos neoliberais no final dos anos de 1970, que, por sua vez, apresenta consequências até os dias atuais (TAVARES, 2009).

As articulações de caráter mundial quanto às medidas para vencer as crises do capital e as buscas pelo lucro tornaram-se cada vez mais capilarizadas. Tavares (2009) reflete que a globalização foi um fenômeno mundial que atingiu todos os países e que as mudanças técnico-organizacionais foram imprescindíveis à inserção dos países periféricos à economia internacional, sem considerar as especificidades de cada país. Nessa lógica, os países de capitalismo periférico tornaram-se submissos à hierarquia econômica e política dos países de capitalismo central.

Assim como as demais instituições corporativas presentes no Brasil, a Cemig não foge à lógica capitalista, sendo esse um dos motivos para a presença de assistentes sociais em seus quadros de profissionais. Esses(as) são chamados(as) a dar respostas às expressões da questão social originadas pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho.

Conhecer este espaço de intervenção, o Serviço Social na empresa, faz-se necessário para contribuir com a produção do conhecimento, com a formação profissional e também com o fortalecimento das(os) assistentes sociais nas empresas. “O trabalho da(o) assistente social na empresa não se realiza isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo, que forma uma grande equipe de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 63-4).

Essa investigação possibilitou reflexões sobre a atuação da(o) profissional de Serviço Social em empresas. Esse espaço de intervenção profissional caracteriza-se por ser contraditório e complexo, estando em constante mudança devido à dinamicidade da sociedade capitalista. A(o) assistente social na empresa precisa acompanhar e compreender as modificações do contexto social, político, econômico e cultural da sociedade global, a fim de construir e reconstruir formas de intervenção para as demandas apresentadas à sua profissão.

A construção da metodologia da pesquisa

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a “própria alma do conteúdo”, como diziam Lenin (1965) e (Minayo, 1993).

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, o presente estudo foi direcionado pelo método crítico-dialético. De acordo com Souza Filho (2003), este método concebe a realidade como passível de ser conhecida objetivamente; desta forma, “conhecer um objeto é apreender, através da razão, seu movimento real. Portanto, o conhecimento é a reprodução mental do movimento real” (SOUZA FILHO, 2003).

A investigação se caracteriza pela abordagem qualitativa. Conforme Granger (1982), a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: a) em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; b) em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos. (GRANGER, 1982 apud MINAYO, 1993).

Para Chizzotti (1998, p. 83), a pesquisa qualitativa permite “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

[...] O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (CHIZZOTTI, 1998, p. 84).

Para tanto, em um primeiro momento, buscaram-se, por meio do levantamento bibliográfico, estudos teóricos sobre o Serviço Social em empresa através de produções bibliográficas do Serviço Social, entre elas as publicações das pesquisa-

doras da temática: Angela do Amaral, Monica Cesar, Maria José de Oliveira Lima, Ana Elizabete Mota, Marilda Villela Iamamoto etc. Para complementar o estudo bibliográfico, buscaram-se informações e dados da organização empresarial e do Serviço Social nela presente.

Após a realização do estudo das produções bibliográficas encontradas, houve interesse em descobrir outras pesquisas sobre o Serviço Social em empresas. Assim, optou-se por utilizar o estado da arte como recurso metodológico, mediante as plataformas de registros das produções de teses e dissertações da Capes.

Esse método, o “estado da arte”, apresenta a possibilidade de elucidar dados relevantes, mas que não foram explorados em estudos anteriores. Desse modo, constitui-se como um mapeamento das bases de dados sobre o objeto de estudo. Para compreender o que seria o “Estado da Arte” foram realizados estudos em artigos científicos, teses ou dissertações sobre o tema.

Após o término da análise dos dados levantados pelo “estado da arte”, foi realizada a pesquisa de campo por meio de contatos diretos com as profissionais de Serviço Social aposentadas, via aplicativos de mensagens e redes sociais. Buscaram-se as profissionais aposentadas visando garantir a construção da trajetória histórica da profissão na Cemig, haja vista que as atuais profissionais foram contratadas na década de 2010 e, portanto, não detinham conhecimento acerca da criação do Serviço Social nessa empresa.

Realizaram-se quatro contatos, mas apenas três responderam. Assim, definiram-se as participantes da pesquisa, as quais contribuíram com seus depoimentos por meio de relatos escritos e encaminhados via *e-mail*. O período da realização da investigação de campo se deu durante a pandemia da Covid-19, quando o contato presencial restou impedido. Os dados apreendidos pelos relatos das profissionais aposentadas foram apresentados e analisados no terceiro capítulo desta dissertação.

Este trabalho acadêmico foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, **“Um país de novas tecnologias: a eletricidade chega ao Brasil”**, apresenta os marcos históricos da criação e da instalação das grandes empresas de energia no Brasil, e a influência do contexto político-econômico internacional no desenvolvimento tecnológico e econômico brasileiro. Outro ponto importante destacado no capítulo um foi o crescimento industrial e o surgimento dos monopólios a partir da detenção do poder econômico e político exercido pelos capitalistas bancários e industriais. Ainda, apresenta o resultado de um estudo sobre

a criação e a ampliação das empresas de energia elétrica no Brasil, considerando o período de 1880 até 1990, quando o país, inserido num processo de globalização de mercado, inicia a sua reestruturação produtiva. Para finalizar o primeiro capítulo da dissertação, foi desenvolvido um percurso histórico explicando em que momento e em que contexto político-econômico foi construída a Cemig.

No segundo capítulo, **“Serviço Social em empresas de Energia Elétrica: 1987 a 2020”**, foram apresentadas as duas plataformas de bancos de dados onde se registram as teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras e uma caracterização da metodologia “estado da arte”, utilizada para a apreensão dos dados que foram analisados. Neste capítulo estão expostos os gráficos e as tabelas referentes ao resultado do “estado da arte”, sobre o Serviço Social em empresas. Finalizando o capítulo, foram destacadas dez produções acadêmicas utilizadas como “amostras” com temáticas aproximadas ao objeto desta dissertação.

No terceiro e último capítulo, **“O Serviço Social na empresa: uma experiência na Cemig/MG”**, apresenta-se uma contextualização da inserção do Serviço Social nas empresas brasileiras, a partir de referenciais teóricos que trazem elementos para se compreender este espaço sócio-ocupacional e contribuir com o aprimoramento técnico e acadêmico de assistentes sociais inseridos neste campo de atuação. Mais adiante, no item dois deste capítulo, realizou-se uma abordagem acerca dos caminhos metodológicos para se efetuar a pesquisa sobre a criação do setor de Serviço Social na empresa, e assim conhecer a trajetória das assistentes sociais que atuaram nessa empresa.

Para finalizar a pesquisa, o último item expõe os relatos realizados pelas assistentes sociais aposentadas da Cemig, onde discutiram sobre a criação do Serviço Social na empresa, suas demandas, desafios e experiências, trazendo contribuições significativas para a categoria de assistentes sociais e pesquisadores.

¹ **UM PAÍS DE NOVAS TECNOLOGIAS: A ELETRICIDADE CHEGA AO BRASIL**

1.1 Trajetória histórica do desenvolvimento das empresas de energia elétrica no Brasil

O Brasil é um país rico em geração e distribuição de energia elétrica, mas nem sempre foi assim. Para conhecer um pouco mais sobre esse bem essencial para a população e que ao longo da história provocou grandes transformações na sociedade brasileira, serão apresentados aqui dados relevantes sobre seu desenvolvimento entre os anos de 1880 até a sua reestruturação com a estatização das grandes empresas, sobretudo do ramo da energia elétrica (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 1).

Os marcos históricos da criação e instalação das grandes empresas de energia no Brasil serão apresentados de maneira linear, considerando sua cronologia, a atuação dos representantes do governo federal em cada período estudado, o contexto político-econômico internacional e suas influências para o desenvolvimento tecnológico e econômico brasileiro.

O século XIX foi marcado pelos avanços das ciências naturais, incentivado pelas demandas industriais da época. Novos conhecimentos surgiram nas áreas de biologia, física e química, utilizados na industrialização e no desenvolvimento de novos produtos, o que potencializou as produções de aço, papel, alumínio, fármacos e motores de combustão.

Outra característica do século passado foi a confluência dos grandes capitalistas em busca de um controle das produções. Já nos últimos trinta anos do “século XIX, dois processos se fazem notáveis: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos” (NETTO, BRAZ, 2009. p. 176).

O mundo vivenciava naquele momento uma fase em que o capital financeiro assumia a postura determinante, estágio este conhecido como imperialismo¹. Uma vez estabelecido o referido ciclo, um número reduzido de capitalistas bancários e in-

¹ O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento, quando ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais e começou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN apud NETTO, BRAZ, 2009, p. 180).

dustriais deteve o poder de direcionar setores estratégicos do país, como a economia e a política. De modo estratégico, após a realização do domínio do mercado de seus países, os grandes capitalistas se direcionaram aos mercados externos para alinhar-se às empresas de mesmo segmento e, assim, ampliar seus campos de produção.

O Brasil, influenciado por este movimento imperialista, inicia sua experiência de utilização da energia durante o período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, um período marcado pelo crescimento da especulação financeira por parte dos grandes detentores do capital industrial e bancário que já estendiam suas dominações para diversas regiões do mundo. Enquanto o país ainda dava seus primeiros passos na utilização dessa nova tecnologia, os países de capitalismo central já a comercializavam.

A energia elétrica nacional produzida naqueles anos se deve às iniciativas principalmente de comerciantes, industriários e agroexportadores, que necessitavam ampliar suas produções, sendo seu uso direcionado estritamente para as fábricas têxteis e alguns serviços públicos.

Em 1883, foi construída a primeira hidrelétrica nacional em Diamantina, estado de Minas Gerais. A energia gerada era utilizada para acionar os equipamentos de mineração de diamantes. Na mesma década e no mesmo estado, mais duas hidrelétricas entraram em operação com a finalidade de sustentar processos produtivos de mineração ou de tecelagem. (GOMES, 2002 apud COSTA; MIANO, 2018, p. 7).

Quanto à utilização da eletricidade para fins externos aos setores da mineração, registros históricos da época apontam a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, como um dos primeiros experimentos brasileiros de utilização da energia no funcionamento do transporte público e na instalação de energia elétrica em espaços internos para o funcionamento da Estação Central do Brasil.

Com o impulso das indústrias, surge a necessidade de ampliação das fontes de energias internas, o que levou o país a aumentar seus investimentos no setor. Quanto às construções das usinas, importante destacar o estado de Minas Gerais na história do setor elétrico brasileiro, visto que em terras mineiras foram construídas as primeiras usinas do país, sendo a primeira delas na cidade de Turvo, no ano de 1885, para atender às demandas da Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre, com capacidade de 175 kW de potência instalada (BNDES, 2002).

Quatro anos mais tarde, inaugurou-se a usina hidrelétrica Marmelos, no município de Juiz de Fora. Segundo registros, “esta usina é um marco na América Latina, pois foi a primeira usina construída para atender exclusivamente a serviços públicos urbanos” (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2001, p. 21).

O desenvolvimento do setor elétrico no Brasil caminhou ao lado da ampliação do desenvolvimento industrial e da urbanização nacional, pois esteve diretamente associado à modernização das forças produtivas, aos interesses do capital e ao atendimento das necessidades da população.

Entre 1890 e 1909, o número de estabelecimentos industriais cresceu 800%. O setor de manufaturas, no acionamento de sua maquinaria, utilizava como fonte primária de energia o carvão importado. Convencidos de que a eletricidade de origem hidráulica era mais econômica que o carvão importado, os industriais da época passaram a utilizar crescentemente a nova opção. Um exemplo emblemático dessa mudança foi dado pelo empresário Bernardo Mascarenhas. O industrial, pela primeira vez na América Latina, fez uso de motores a hidroeletricidade em sua Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas. (GOMES et al., apud BNDES, 2002, p. 1).

O país vivenciava uma nova etapa de mudanças. A queda da Monarquia em 1889, a implantação da República e a promulgação da Constituição Federal de 1891 inauguraram um novo regime jurídico-legal no país, tornando-o uma Federação formada por estados e municípios dotados de autonomia administrativa.

Apesar dos avanços, a regulação do setor era frágil e problemática. Na Carta Constitucional de 1891, não havia uma distinção entre os recursos naturais e a propriedade da terra; desse modo, as concessões eram autorizadas pelos próprios municípios, sobretudo no segmento da distribuição. Todavia, cabia ao Estado a gestão da utilização das quedas d'água na produção e geração de energia, pois a este pertenciam os direitos sobre as terras devolutas e as minas.

Segundo o depoimento de José Luiz Lima em documentos do CMEB, “o princípio básico do setor elétrico foi o direito de acesso, ou seja, o entendimento de que as jazidas minerais, as quedas de água, todos os recursos hídricos em geral eram acessórios à propriedade da terra” (GOMES; VIEIRA, 2009). Tal concepção conferiu aos municípios amplos poderes de negociação com as empresas concessionárias.

Diante da riqueza hídrica do Brasil e das possibilidades de ampliação da geração de energia, São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a vivenciar a experiência de receber recursos de capitalistas estrangeiros para a ampliação das

empresas de geração e distribuição de energia elétrica, com a chegada do grupo Light Serviços de Eletricidade³ ao Brasil.

A entrada da referida empresa canadense no país, conjugada com a “cláusula de ouro”⁴ que possibilitava às concessionárias realizar correções em suas tarifas pela depreciação da moeda interna, facilitou ao grupo Light adquirir as empresas nacionais, o que provocou uma intensa fusão de empresas de energia elétrica com o crescimento do seu mercado. Nesse momento implantaram-se sistemas elétricos de grande porte em torno das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, chegando a Light a responder por mais da metade da capacidade instalada de energia elétrica do país. (CACHAPUZ, 2021, p. 2).

Com a chegada das empresas estrangeiras concessionárias de energia ainda nos primeiros anos do século XX, houve um aumento da capacidade de geração, possibilitando a distribuição para a população urbana e também para as indústrias localizadas nas regiões de produção.

Segundo Lorenzo (1993, p. 2):

Na década de 1920, ao mesmo tempo que houve um processo de concentração empresarial em torno das concessionárias estrangeiras, que adquiriram a maior parte das empresas privadas nacionais e municipais existentes, houve também um considerável avanço técnico na produção de eletricidade. A instalação das primeiras centrais elétricas construídas com técnicas mais avançadas para a construção de barragens, como a Usina de Cubatão, em 1921, da The São Paulo Light and Power, permitiu que se ampliasse a oferta de energia elétrica, liberando o consumo da proximidade das fontes, fato que significou um grande avanço no desenvolvimento e no desenho urbano e industrial que se formava.

Em 1927 instalou-se no país o grupo *American Share Foreign Power Company* (Amforp), filial da americana *Bond and Share*, de capital norte-americano. Neste momento, o Brasil passava por instabilidades financeiras, o que impactava negativamente a possibilidade de expansão das empresas brasileiras. Desse modo, os grupos Light e Amforp, formados por empresas estrangeiras, não se tornaram concorrentes, mas dividiram o mercado de energia elétrica em dois eixos.

² A Light Serviços de Eletricidade ganhou essa denominação em 1967, em virtude da unificação das empresas de eletricidade atuantes no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, pertencentes à multinacional canadense Brascan Limited, sucessora da *holding Brazilian Traction, Light and Power Company*. (CACHAPUZ, 2021, p. 2).

³ A Cláusula Ouro é a expressão dada à cláusula contratual que permite o pagamento de obrigações devidas em dinheiro, em moedas ou peças de ouro, ou observando a cotação de mercado daquele metal. No Brasil, a legislação sobre o assunto era a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Escrito nos pressupostos do liberalismo e da estabilidade monetária que já não refletiam a realidade que o mundo viveria a partir da Primeira Guerra Mundial. Assim, foi consagrado o princípio da “Cláusula Ouro” pelo Código Civil em seu artigo 947, parágrafo 1º. Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071/impresao.htm

Segundo Gomes e Vieira (2009, p. 302), a Light se instalou no eixo Rio-São Paulo e a Amforp concentrou suas atividades no interior de São Paulo e em diversas capitais do país, como Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Natal e Vitória, entre outras. As duas empresas exerceram grande influência e monopolizaram o setor elétrico até os anos de 1930 devido à atuação pulverizada e limitada do Estado. Ambas mantinham uma forte influência no setor, possibilitando que seus interesses se sobrepusessem aos interesses das demais empresas energéticas nacionais existentes.

O momento apresentava um cenário crítico, pois a crise internacional ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929⁵, causou consequências significativas para os demais países e teve como repercussão no Brasil reformulações nas “correlações de força no interior das classes dominantes e impactos para os trabalhadores, precipitando os acontecimentos na efervescente sociedade brasileira daquele tempo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 109).

Até aquele momento, o país vivia uma economia baseada na monocultura; a produção do café para exportação era responsável por quase todo o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Todavia, com a crise internacional e a retração do mercado mundial, as oligarquias cafeeiras se tornaram frágeis política e economicamente entre os anos de 1929 e 1932.

Ante o cenário posto, as oligarquias do açúcar, do gado e de outros produtos utilizaram-se das circunstâncias para ganhar forças e diversificar a economia. Obtêm destaque neste momento os produtores de gado da região Sul do país, tendo como liderança Getúlio Vargas, apoiado por militares e representantes de bases populares. Elevaram-se ao poder político outras oligarquias com agendas modernizadoras, fortalecendo os setores agrários e industriais nacionais.

Segundo Silva (2005, p. 1):

A partir de 1930 e, sobretudo de 1937, o crescimento da indústria nacional pas-

⁴ A crise de 1929 evidenciou para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. O Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e a acumulação capitalistas. A crise revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias; fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionava largamente a modalidade em que foi implementada. (NETTO, BRAZ, 2009, p. 192-193).

sou a ser amparado pelo Estado através de uma ação reguladora de acumulação de capital (intervenção no crédito, controle de preços, política cambial, tributária, fiscal e salarial) e/ou produtora direta em setores essenciais (aço, minério e ferro).

Getúlio Vargas realizou diversas alterações no setor elétrico nacional antes da promulgação da Constituição de 1934, conforme descreve Lima (1995 apud Gomes; Vieira, 2009): “determinou a suspensão de todos os tipos de operação com quedas de água e impediu quaisquer transações que envolvessem recursos naturais ou patrimônios estabelecidos”.

Segundo o autor, outras medidas que merecem destaque foram a retirada da competência dos municípios para realizar a exploração da energia hidráulica em 1931, passando esta a concessão do governo federal, a extinção da cláusula ouro em 1933 e, por fim, a promulgação do Código de Águas, considerado o primeiro marco regulatório do setor elétrico em 1934, como explica Costa; Miano (2018, p. 2).

A promulgação do Código das Águas – Decreto 24.643, de 1934, submetia ao regime de concessões e autorizações a exploração de energia hidráulica, assim como a transmissão, distribuição e transformação. Foram proibidas a aquisição e a incorporação de empresas do setor elétrico, no intuito de cessar a expansão do oligopólio controlado pela Light e Amforp. O interesse de nacionalização mostrava-se evidente no artigo 195 do Código das Águas, que dispunha: “Autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente à brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil”.

5 Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “Governo dos ricos”, para o qual se usa hoje um termo de origem igualmente grega, “plutocracia”. Para Platão: “– Que sistema político... entendes por Oligarquia? – A constituição baseada no patrimônio... onde os ricos governam, enquanto o pobre não pode partilhar do poder” (República, 550 c). Devido ao seu forte significado de valor negativo, o termo Oligarquia teve e tem ainda, na linguagem política, mais uma função polêmica que ilustrativa. Pode-se dizer por outras palavras que, enquanto é imediatamente perceptível seu significado valorativo, por ser imediatamente claro que, quando se diz que um Governo é oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo e chama-se assim justamente porque há vontade de o condenar, já não é tão inequívoco o seu significado descritivo, uma vez que, diversamente do que ocorre com outros termos da mesma família, como monarquia e democracia, que designam um certo tipo de instituições, Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar. A falta de um significado técnico bem definido do termo Oligarquia é demonstrada ainda pelo fato de que, diversamente mais uma vez do que acontece com “monarquia” e “democracia”, cujo uso corrente se restringe à esfera das relações do poder político, o termo Oligarquia é aplicado analogicamente, com excessiva facilidade, a relações de poder diversas das relações políticas, com o fim de designar o mesmo fenômeno do domínio de um grupo restrito e fechado em organizações outras que não o Estado, como quando se fala de Oligarquias econômicas, militares, sacerdotais, burocráticas, sindicais, financeiras etc. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 845).

Desse modo, houve uma considerável intervenção estatal, uma vez que o interesse do governo federal era o desenvolvimento da indústria nacional. Importante destacar que a necessidade de crescimento da capacidade de geração quanto à capilaridade na abrangência da distribuição demandava grandes investimentos financeiros além de um planejamento integrado do sistema elétrico.

Surge em 1936 a Associação Paulista de Empresas de Serviços Públicos, criada por um grupo de empresários do ramo do café. Esta reunia as companhias de gás, água e esgoto, telefonia, bondes elétricos e companhias de eletricidade. Foi criada para coordenar as ações das empresas vinculadas e ser a representante destas junto aos órgãos dos poderes públicos.

Por ser um coletivo em que os representantes das empresas do ramo elétrico se faziam em maior número, e considerando a acelerada industrialização do país naquele momento, a entidade teve seu nome modificado em 1959 para Associação Paulista de Empresas de Serviços Públicos de Energia Elétrica.

Dada a expansão das empresas concessionárias de energia elétrica do Brasil, a Associação assumiu a representação nacional e em 1971 é nomeada Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE, nomenclatura vigente até o presente momento.

Diante do cenário em que prevalecia a falta de investimentos das empresas estrangeiras de energia elétrica instaladas no país, a única opção possível para o governo federal foi a de “conferir ao Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor elétrico, sob pena de comprometer o crescimento do país, apesar de a União não dispor dos recursos financeiros necessários para investir”. (LIMA, 1995 apud Gomes; Vieira, 2009).

Com o novo regime político implantado no país a partir de 1937, o Estado Novo, ocorre uma diminuição de entrada de recursos estrangeiros no Brasil ao tempo que se ampliam as condições para o crescimento das indústrias de energia elétrica nacionais. Toda essa ampliação começa a ruir e a apresentar dificuldades, pois já não havia recursos da União nem do capital estrangeiro para contemplar as necessidades do sistema de produção e distribuição de energia elétrica.

Devido à II Guerra Mundial⁷, intensificou-se a dificuldade de importar equipamentos e implantar novas regulamentações. A falta de recursos financeiros externos levou Getúlio Vargas a criar, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), subordinado à Presidência da República, que tinha como uma das atribuições a responsabilidade sobre todos os assuntos referentes ao setor elétrico brasileiro.

Ao CNAEE era atribuída a importância dada pela legislação, entretanto seus recursos eram ínfimos, conforme Lima (1995 apud Gomes; Vieira 2009): “A preocupação inicial do CNAEE foi regular e coordenar uma política de racionamento”. Ao término da Segunda Guerra Mundial, iniciam-se as primeiras experiências de estatização das empresas de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil. Destaca-se a iniciativa do Rio Grande do Sul com a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica na década de 1940 com o objetivo de organizar toda a potência hidráulica local.

Dessa Comissão nasceu o Plano de Eletrificação, que previa, além da reorganização do esquema de produção e distribuição de energia elétrica, uma estrutura de financiamento via imposto único sobre tarifas e que foi sendo implementada com um espírito bem nacionalista. (FELICIANO, 1988 apud LORENZO, 2001)

Aumentava naquele momento a inquietação do Governo quanto à urgência do planejamento do setor elétrico, considerado como uma estrutura que demandava uma organicidade e recursos financeiros. Criou-se em 1942 a Coordenação da Mobilização Econômica, que incorporou parte das atribuições do Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo como atribuições o direcionamento, o planejamento, a gestão e a fiscalização do racionamento de combustíveis e energia.

O ano de 1945 foi marcado pelo fim da II Guerra Mundial, repercutindo em todo o mundo as mudanças de ordem econômica e política em todos os países, em menor ou maior grau de impacto.

Os acordos firmados na Conferência de Bretton Woods⁶ fixaram mudanças significativas à ordem mundial. A experiência de vivenciar duas guerras num curto espaço de tempo levou aos líderes mundiais a urgência em pensar alternativas para reconstruir a cooperação entre países, na busca por uma estabilidade internacional. Criou-se então a Organização das Nações Unidas⁹ em 1945.

Segundo Saes (2020, p. 2):

As propostas de mudanças também chegaram ao Brasil e a ditadura do Estado Novo (1937-1945) já não era mais compatível com uma nação que aspirava a ser uma potência regional. Se internamente o Brasil precisava caminhar em direção ao sistema político democrático, no que diz respeito ao cenário internacional era preciso seguir os acordos travados em Bretton Woods em direção ao novo sistema monetário internacional.

6 A Segunda Guerra Mundial foi um conflito em nível mundial ocorrido entre os anos de 1939 e 1945. Este período foi caracterizado por um conflito que mobilizou todos os recursos para a guerra. Mais detalhes, ver NETTO; BRAZ, 2009, p. 182-183.

Nesse mesmo ano, o Governo Federal brasileiro autorizou a criação da primeira empresa estatal federal de geração de energia elétrica, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), através do Decreto-Lei nº 8.031, de 1945, para atender a toda a região Nordeste. A inauguração da referida empresa foi concretizada em 1948.

Outro fato histórico a ser registrado em 1945 foi a deposição do regime da ditadura varguista, levando o país à realização de eleições presidenciais. Foi então eleito Eurico Gaspar Dutra¹⁰, que teve o governo influenciado por esse novo cenário de mudança política conduzida pelas diretrizes dos Estados Unidos.

Contrariando as expectativas do novo governo brasileiro, as intenções internacionais eram manter apenas a política comercial, os acordos bilaterais limitados ao comércio de café, desconsiderando o apoio ao desenvolvimento das indústrias nacionais. Desse modo, no governo Dutra não houve uma ampliação significativa do setor elétrico.

As expectativas populares de 1946 estavam direcionadas à Nova Constituição que seria promulgada. A nova Carta Constitucional possibilitou a liberdade de expressão e uma maior representatividade popular. Já as questões relacionadas à propriedade privada e à acumulação de capital não sofreram alterações significativas. Sem o apoio financeiro internacional, surge a necessidade de se pensar a melhoria e a ampliação dos bens de produção da economia interna.

7 A conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, definiu o sistema de gerenciamento econômico internacional, estabelecendo as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Preparando-se para reconstruir o capitalismo mundial, 730 delegados de todas as 44 nações aliadas encontraram-se no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, New Hampshire, para a conferência monetária e financeira das Nações Unidas.

8 A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) se deu em 24 de outubro de 1945, na cidade de São Francisco, EUA, como resultado das conferências de paz realizadas no final da Segunda Guerra Mundial. Assinaram inicialmente a Carta das Nações Unidas 50 países, excluindo os que haviam feito parte do Eixo. <https://www.un.org/es/about-us/history-of-the-un>

9 O governo Dutra (1946-1951) está inserido em momento conturbado da história mundial, o imediato pós-II Guerra Mundial, e também da história brasileira, com a redemocratização após a ditadura varguista. O cenário internacional é marcado pelo início da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e as respectivas zonas de influência de ambas as nações. Ver: Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951), Reigoto. L. M., 2017.

No estado de Minas Gerais, a insuficiente oferta de energia elétrica feita pela Amforp, entre outros fatores, impulsionou as empresas industriais e de mineração à construção de sistemas de geração de energia próprios.

Considerando as precárias condições das usinas, as constantes faltas de energia e os impactos destes problemas para a ampliação industrial no Estado, o governo de Minas Gerais iniciou a construção da usina de Gafanhoto com o objetivo de abastecer a cidade industrial do município de Contagem. Desse modo, garantiu a energia necessária para a industrialização da região e contribuiu de maneira positiva para o desenvolvimento da capacidade de geração de energia do Brasil e para o desenvolvimento do setor elétrico do país.

Em 1949, durante a posse do presidente americano Harry Truman¹¹, foram feitas algumas alterações nas parcerias e tratativas com os países subdesenvolvidos.

Entre os assuntos pontuados em seu discurso, destacam-se a manutenção dos programas de incentivo à recuperação da economia global; a assistência às nações subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento; e a defesa dos avanços científicos e industriais, ressaltando a importância da democracia, do capitalismo e a superioridade desse sistema de governo.

Os interesses do governo americano não eram o bem-estar dos países subdesenvolvidos. Sua preocupação estava diretamente ligada ao fortalecimento da própria economia, haja vista que aumentando o poder de compra destas nações assistidas, haveria um importante crescimento na procura por produtos e isso levaria a uma ampliação exponencial de suas indústrias.

Às vésperas da finalização do mandato do governo Dutra foi realizado um empréstimo do Eximbank dos Estados Unidos à empresa Amforp. O Eximbank é uma instituição financeira estatal com a finalidade principal de operar empréstimos e fomentar o comércio exterior dos Estados Unidos, fornecendo recursos para a aquisição de mercadorias norte-americanas. No Brasil sua presença mais significativa se deu no financiamento de importantes setores, em especial os projetos de desenvolvimento como a Companhia Vale do Rio Doce, o BNDES, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Plano de Metas, entre outros.

10 Harry Truman, presidente estadunidense eleito em 12 de abril de 1945, sucedeu o presidente Roosevelt. Mantinha o discurso de combate ao comunismo e a todas as ideias sociais avançadas. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 197).

Os recursos disponibilizados para a Amforp atendiam apenas às necessidades de oito concessionárias no Brasil, todas do grupo norte-americano com propostas de realizar a reposição de peças e manutenção de equipamentos.

Já a empresa Light recebeu recursos autorizados pelo Bird (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), possibilitando a expansão da geração de energia nos estados onde as empresas do grupo se fazem presentes. Desse modo, foi construída em 1950 a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, sendo esta considerada a primeira usina da empresa federal de energia elétrica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

O ano de 1951 foi marcado pelo retorno do presidente Getúlio Vargas ao seu segundo mandato. Ele, ainda no mesmo ano, empenhou-se no desenvolvimento econômico do país, utilizando-se da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), criada para analisar as necessidades de investimentos e os recursos disponibilizados pelos bancos internacionais (Bird e Eximbank) para financiamentos e fomentos de projetos e infraestrutura.

Um dos projetos contemplados por esta comissão foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952. Contudo, no ano seguinte, as atividades da CMBEU foram suspensas pelo governo norte-americano, o que se traduz nas palavras de Lima (1995 apud Gomes; Vieira 2009, p. 41): “a reconstrução da Europa colocava inúmeras restrições para um novo ciclo de capitais e financiamentos no âmbito da Comissão Mista”.

O governo federal, sem contar com os apoios financeiros internacionais como anteriormente, encaminhou ao Congresso Nacional novos projetos com o objetivo da reorganização institucional da infraestrutura produtiva. Isso, para o setor elétrico, trouxe a criação de fundos setoriais para investimentos e a proposta da criação da Eletrobrás como uma empresa *holding*¹² das empresas federais de energia elétrica já instaladas no país.

A Eletrobrás se constituiu como uma empresa cuja atividade principal seria a participação em empresas, tendo a maior quantidade de ações destas e sendo a detentora do controle da administração e das políticas empresariais.

O objetivo da criação desta nova *holding* seria administrar um determinado grupo de empresas visando à melhoria da estrutura de capital e criar novas parcerias com outras empresas.

Foi neste contexto de criação da Eletrobrás que, assim como no Sul do Brasil, a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica para organizar a produção de energia em Minas Gerais obteve bons resultados, sendo possível o início da construção das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) em 1952, como empresa de economia mista. Esta viabilizou o avanço das indústrias deste estado, sendo reconhecida em todo o país como modelo organizacional e de liderança.

Com as alterações econômicas advindas da eleição do presidente norte-americano Dwight Eisenhower (1953-1961), uma nova realidade financeira foi posta aos países subdesenvolvidos. No Brasil não foi diferente; o presidente brasileiro não previa que as mudanças ocorridas no cenário externo com o início do novo governo dos Estados Unidos trariam o fim dos investimentos conforme outrora concedidos.

Desse modo, os projetos que aguardavam financiamentos ficaram comprometidos; a única saída para o presidente Getúlio Vargas foi:

Financiar seu projeto de desenvolvimento do setor elétrico nos marcos do nacional-desenvolvimentismo. Reuniu sua equipe para formar aquilo que seria o Fundo Federal de Eletrificação, uma medida para garantir o financiamento dos projetos do setor elétrico, mas agora por meio de fontes internas. O Fundo foi aprovado no ano seguinte e constituía uma parte decisiva no processo de construção do projeto da Eletrobrás, que levaria uma década para ser formada. (SAES, 2020, p. 14).

Com a morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, João Café Filho assume o governo do Brasil (1954-1955). Sua passagem é curta e sem muita relevância, atuando para administrar os conflitos internos que surgiram com a morte de Vargas (THEIS, 1990 apud PEREIRA, 2006).

O governo de Juscelino Kubitschek inicia-se em 1956 e vai até 1961. Trazia como direção para o país um ousado Plano de Metas para a época, o que nas palavras de Lessa (1981, p. 28) consistia em:

Investimentos diretos do Governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo – para as quais o ânimo empresarial havia se revelado insuficiente –, bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital.

11 *Holding* é uma empresa que possui como atividade principal, a **participação acionária majoritária em uma ou mais empresas**. É uma sociedade gestora de participações sociais que administra conglomerados de um determinado grupo. Existem duas modalidades de *holding*: a **pura**, que é quando no seu objetivo social consta somente a participação no capital de outras sociedades, e a **mista**, quando, além da participação, ela serve também à exploração de alguma atividade empresarial.

O Plano Nacional de Eletrificação apresentado em 1954 por JK tinha como diretriz realizar uma maior exploração do potencial hidráulico do país, bem como uma ampliação da participação do Estado nas áreas de transmissão e geração de energia. Caberia às empresas controladas pela União e pelos governos estaduais a responsabilidade pelo atendimento às empresas do setor de distribuição.

O Imposto Único sobre a Energia Elétrica¹³, criado em 31 de agosto de 1954, por meio da Lei nº 2.308, foi considerado a primeira fonte de recursos fiscais, em nível nacional, específica para o investimento no setor energético brasileiro.

Na gestão do governo JK, entre os anos de 1956-1961, com a implantação do novo Plano de Metas e da política voltada ao desenvolvimento industrial nacional, houve uma significativa valorização e crescimento quantitativo e qualitativo no setor de energia elétrica do Brasil.

O Plano de Metas estabelecia uma política de investimentos que buscava a redução dos gargalos que impediam o desenvolvimento industrial brasileiro. De cunho desenvolvimentista, era baseado em estudos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, bem como em estudos realizados pela CEPAL¹⁴ e pelo BNDE. (CMEB, 2001).

Em termos de financiamentos, o Plano de Metas direcionava 43,74% dos investimentos à área de energia, sendo 23,7% para a energia elétrica e 19,7% para as demais formas de energia.

Com a criação do Ministério de Minas e Energia (MME) através da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, que congregou o CNAEE e a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, passou-se então ao Estado um controle maior sobre o setor.

O novo cenário de crescimento industrial brasileiro trouxe consigo a necessidade de criação de novos empreendimentos e a ampliação dos parques energéticos do país. Foram criadas as principais empresas de energia do país, tendo como destaques:

A Central Elétrica Furnas S.A., a ampliação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), da Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e da Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA). (PEREIRA, 2006, p. 43).

12 LEI Nº 2.308, DE 31 DE AGOSTO DE 1954 – Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências.

Após a saída do presidente Juscelino Kubitschek do governo, assume a presidência do Brasil Jânio Quadros, em 1961, permanecendo até agosto do mesmo ano, quando renunciou. Este representante chegou à presidência com excelente aceitação e votação popular.

Durante os meses subsequentes ao início do mandato do novo governo, todas as atenções estiveram voltadas para a crise econômica em que o país se encontrava, “sendo marcante a atuação na política cambial para reduzir as dificuldades da balança de pagamentos e frear a inflação” (ABREU apud Pereira 2006, p. 35).

Após sete anos de apresentação do projeto de criação da empresa *holding* do governo federal do Brasil, esta foi criada em 1961, sob a Lei 3.890-A, tendo sua implantação realizada em 11 de junho de 1962. Logo, toda a administração e controle das empresas elétricas controladas pelo governo federal passaram à responsabilidade da Eletrobrás. Neste ano já governava o país o presidente João Goulart (1961-1964).

Com a concepção da Eletrobrás, a história da eletricidade brasileira ganha uma nova configuração. Nos anos seguintes, o setor elétrico recebeu apoio integral do regime militar instaurado. Como anota Gomes e Vieira (2009, p. 14): “devido à disponibilidade de recursos financeiros externos, o regime militar ampliou a participação do Estado, por meio de empresas estatais que se tornaram instrumentos do governo para o desenvolvimento econômico”.

O referido setor foi beneficiado com ações que lhe possibilitaram o crescimento do volume de recursos financeiros e de infraestruturas disponíveis para investimento.

Houve o início da nacionalização da eletricidade brasileira a partir da compra de todas as empresas pertencentes ao grupo Amforp pela Eletrobrás. Essas aquisições tiveram início no ano de 1964 e foram encerradas com a compra da Light no ano de 1979. Desse modo, as empresas canadense e norte-americana finalizaram sua participação no mercado elétrico do Brasil.

13 A Comissão Econômica para a América Latina – Cepal deu contribuições relevantes para o desenvolvimento regional e suas teorias foram escutadas em muitos lugares do mundo. Hoje a Cepal é referência obrigatória para quem estuda a história econômica da região nos últimos tempos. A Comissão desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos e caribenhos.

Com o fim da Amforp, os governos estaduais assumiram o controle das empresas de referência estadual.

Para o crescimento da distribuição de energia elétrica durante a década de 1960 até 1970, os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro buscaram uma maior integração entre as empresas estaduais, visando a uma interconexão e ao fortalecimento do sistema elétrico, iniciando com a Usina de Furnas, que tinha uma função importante na conexão elétrica de grande porte entre Minas Gerais e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, através da utilização das linhas de alta voltagem.

Os anos seguintes apresentaram crescimento da expansão e distribuição dos parques energéticos do Brasil com a criação de empresas geradoras como a Eletrosul em 1968 e a Eletronorte em 1973, responsáveis pela distribuição de energia elétrica nas regiões Sul e Norte, respectivamente.

Outro ponto que merece destaque foi a promulgação da Lei da Itaipu, sob o número 5.899, de 5 de julho de 1973, que dispunha sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu e estabelecia as competências da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Art 1º Compete a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – ELETROBRÁS, como órgão de coordenação técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica, promover a construção e a respectiva operação, através de subsidiárias de âmbito regional, de centrais elétricas de interesse supra-estadual e de sistemas de transmissão em alta e extra-alta tensões, que visem à integração interestadual dos sistemas elétricos, bem como dos sistemas de transmissão destinados ao transporte da energia elétrica produzida em aproveitamentos energéticos binacionais. (PLANALTO, Lei 5.899/1973).

A Eletrobrás era a principal responsável pela organização do setor elétrico em todo o território nacional; cabia a ela a função de agente de financiamento e planejamento. Era subordinada apenas ao Ministério de Minas e Energia – MME.

O contexto econômico até aquele momento mostrava-se favorável ao crescimento das empresas de energia elétrica e seus projetos devido aos empréstimos adquiridos por capitais estrangeiros, bem como pelas baixas taxas de juros e prazos estendidos para pagamentos. Esta condição permaneceu até o final de 1970. Desse modo, várias empresas contraíram dívidas que trariam futuramente grandes problemas e consequências para o setor de energia elétrica e para os consumidores que já dependiam de sua produção e distribuição, como as indústrias, as empresas de construção civil e a população.

No final dos anos de 1970, o cenário mundial sofreu mudanças a partir da crise do petróleo, conhecida como o “Choque do Petróleo¹⁵”, tendo como consequências, para o Brasil, a desvalorização da moeda nacional, a elevação das taxas de juros, o elevado crescimento da dívida externa e a redução da possibilidade de investimentos, comprometendo o crescimento das empresas do setor elétrico.

Nos anos 80, com o grave aumento das taxas de juros no mercado internacional e as maiores dificuldades para obter empréstimos internacionais e, ainda, as pressões do governo federal sobre as empresas estatais para fecharem as contas, as empresas passam a tomar empréstimos no mercado financeiro doméstico visando cumprir os compromissos anteriormente assumidos (serviços da dívida) e concluir os empreendimentos em andamento. Assim, com a simultânea redução das tarifas e a recessão, que a partir de 1981 caracterizou a economia brasileira, a situação do setor foi se tornando cada vez mais dramática. (LORENZO, 2001. p. 15).

Após a redemocratização do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a legitimação dos governos estaduais, houve um aumento na crise do setor elétrico nacional devido à queda da eficiência; o aumento da inadimplência por parte das empresas de distribuição; o adiamento do pagamento de tributos federais e da energia fornecida pelas empresas geradoras federais. Esses fatores somados aos recorrentes conflitos entre as concessionárias estaduais e a Eletrobrás, bem como o rígido controle econômico desempenhado pelo governo federal, tiveram como consequência a tomada de decisões realizadas externamente ao setor.

Nos anos de 1990 a crise atingiu seu ponto mais elevado após a eleição do presidente Fernando Collor de Melo, que não conseguiu amenizar ou resolver a situação apresentada pelo setor de energia do país.

Itamar Franco encontrou, ao assumir a presidência do Brasil, uma crise em vários setores do país, como a economia, a política e a infraestrutura. As dificuldades do setor elétrico levaram o governo federal a promulgar a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, que dispunha sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extinguindo o regime de remuneração garantida e possibilitando os acordos e pagamentos dos débitos existentes entre as empresas do setor.

14 Choque do Petróleo: período marcado pelo aumento dos preços, determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 213).

A Lei 8.631/93 representou um importante passo para a reestruturação e reorganização do setor elétrico brasileiro, como comenta José Luiz Lima:

A Lei nº 8.631 e o encontro de contas significam um acerto patrimonial da maior importância, constituindo um os primeiros passos de reestruturação interna do setor, pelo menos diante do cenário de curto e médio prazo. (Cmeb, 1995 apud GOMES; VIEIRA 2009).

Com o cenário mais favorável, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei das Concessões (nº 9.427), de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo novos critérios para a concessão de serviços públicos. Estes, a partir daquele momento, passam a ser prestados sob o regime de licitações.

Nesta Lei também foi instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que disciplinou o regime de concessões de serviços públicos de energia no país. Entre suas atribuições está a responsabilidade para implementar as políticas e diretrizes do governo federal concernentes à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos.

No seu artigo 1º, que trata das atribuições, a Lei apresenta 21 itens com o objetivo de gerir os contratos e organizar todos os serviços públicos de energia do país. Essa legislação e a posterior deram origem à desnacionalização dos setores de infraestrutura, entre os quais o setor elétrico.

Segundo Gomes; Vieira (2002, p. 19):

As privatizações começaram pela Escelsa, no Espírito Santo, em 1995, prosseguindo em 1996, com a venda da Light e da Cerj, no Rio de Janeiro, ano em que foi criado o órgão regulador do setor, a Aneel, apesar do novo modelo setorial proposto pelo MME ainda não estar concluído. Com as privatizações já iniciadas, o governo começou a implantar um conjunto de medidas que alteraram profundamente o setor elétrico, como a criação do ONS, que tinha a finalidade de realizar a operação interligada dos sistemas elétricos nacionais, a transferência do órgão financiador do setor elétrico da Eletrobrás para o BNDE, a transferência do planejamento setorial da Eletrobrás para o MME e a inclusão da Eletrobrás e de suas empresas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND). O campo organizacional do setor elétrico brasileiro apresentava na época um alto grau de institucionalização, com aumento significativo do número de atores, resultante da implantação de um novo modelo institucional.

Cemig: a concessionária de energia elétrica de Minas Gerais

Minas Gerais é um estado que merece destaque no desenvolvimento do setor elétrico no Brasil. O estado contribuiu com a estruturação da eletrificação do país a

a partir da construção das primeiras usinas de que se têm registros no Centro de Memória da Eletricidade, com a criação da usina do município de Turvo em 1885 e da usina hidrelétrica de Marmelos, em Juiz de Fora, em 1889.

Até meados da década de 1950, a energia elétrica no estado fazia parte de empresas privadas como a Amforp. As precárias condições para geração e a falta de energia elétrica constante levaram as empresas a construir suas próprias estratégias de produção de energia. Até aquele momento, Minas Gerais contava com aproximadamente 178 megawatts (MW) de capacidade instalada de energia elétrica, e poucas concessionárias possuíam sistemas de geração e distribuição.

Após a eleição estadual de 1950, o estado passa a ser governado por Juscelino Kubitschek¹⁶, que tomou posse no ano seguinte, tendo como uma de suas metas alterar as bases econômicas de Minas Gerais. Até aquele momento, a região mantinha fortes características da produção agropecuária. Juscelino apresentou como proposta um ousado programa de investimentos.

Desse modo, o governo intentava inserir o estado num contexto de industrialização. Estando todo o país num cenário de dívidas, dividiu seu plano de metas em duas etapas importantes. De um lado, a eletrificação e a construção de estradas; do outro, a industrialização. O plano de energia elétrica previa o estabelecimento de um fundo para a eletrificação e o incentivo à iniciativa privada.

A proposta foi sintetizada no slogan “Binômio Energia e Transporte”. Em agosto de 1951, em mensagem à Assembleia Legislativa, Kubitschek apresentou o projeto de criação da Cemig, manifestando o “propósito de aumentar, por todos os meios ao nosso alcance, a produção de energia elétrica, a fim de que, superada essa penosa contingência, Minas disponha da potência necessária a alimentar as indústrias novas, a movimentar os transportes, a proporcionar às populações várias comodidades domésticas que são outros tantos requisitos do conforto”. O projeto foi convertido na Lei nº 821, sancionada em dezembro do mesmo ano. (CEMIG, 2005, p. 2).

Importantes empreendimentos foram sendo construídos no setor elétrico, com destaque para a construção da usina de Salto Grande, no rio Santo Antônio, e da usina de Itutinga, com o objetivo de atender à demanda do sul e do oeste do estado.

¹⁶ Juscelino Kubitschek, também conhecido como JK, presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Médico por formação, ingressou na política na década de 1930, sendo prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil. Foi o responsável pela construção de Brasília na década de 1950 e pela criação da Cemig em MG.

Destaca-se também neste período a construção da barragem de Cajuru, construída na cidade de Carmo do Cajuru, com a pretensão de ampliar a produção energética do estado. Para a concretização desta obra bem como das demais a serem construídas, o governo propôs a formação de Companhias de Economia Mistas de caráter regional, iniciando-se pela Companhia do Médio Rio Doce.

Em 22 de maio de 1952, o governador Juscelino Kubitschek criou a Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig, que objetivava a construção e a exploração direta dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. Desse modo, contribuiu com a criação, o controle, a gestão e o financiamento de sociedades de economia mista regionais com finalidades afins.

A construção da referida empresa representou a preocupação com o desenvolvimento industrial do estado de Minas Gerais, pois a nova companhia possibilitou uma produção de energia elétrica suficiente para alavancar o processo de industrialização e do desenvolvimento econômico mineiro, contribuindo sobremaneira para o crescimento da geração e desenvolvimento do setor energético do país.

A criação da Cemig agilizou a concretização de alguns projetos hidrelétricos já em andamento, e mediante o apoio recebido do Banco Mundial e do BNDE, possibilitou a ampliação de novos projetos, como a “construção de seis hidrelétricas, nomeadamente as usinas de Itutinga e Camargos, Salto Grande, Piau, Tronqueiras e Cajuru. As usinas de Itutinga, Piau e Tronqueiras foram inauguradas em 1955” (CEMIG, 2005, p. 5).

A década de 1960 foi, para o setor elétrico, um período de acentuada intervenção estatal, seguido por uma tendência à centralização das decisões em esfera federal. Dois momentos marcam as mudanças institucionais ocorridas: a criação do Ministério de Minas e Energia (MME) em 1960 e da Eletrobrás em 1962.

Na esteira das mudanças que ocorreriam naquele momento, a Cemig também buscou a ampliação e o desenvolvimento de suas atividades. Segundo registros históricos da empresa:

Na década de 1960, a Cemig ampliou o escopo de atividades, passando a operar de forma integrada nos segmentos de geração, transmissão e distribuição. A expansão do parque gerador tirou partido do potencial hidráulico privilegiado das bacias do rio Grande e Paranaíba em Minas. A par dos investi-

timentos em geração, a companhia assumiu os serviços de distribuição em numerosos municípios, inclusive a capital, alcançando 96% do território mineiro. Restaram de fora apenas áreas de concessão da Cataguazes Leopoldina (atual Energisa Minas Gerais), Departamento Municipal de Energia Elétrica de Poços de Caldas (DME), Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Luz e Força de Mococa (incorporada ao Grupo CPFL Energia). (CEMIG, 2005, p. 5).

Em 1961 finalizou-se a construção da barragem de Três Marias, construída às margens do rio São Francisco e localizada na parte central de Minas Gerais. Sua extensão abrange os municípios de São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Pompéu, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias. Foi considerada a maior usina hidrelétrica do Brasil até aquele momento, com 2,7 km de extensão, 75 metros de altura e capacidade para 19,5 bilhões de metros cúbicos de água. Após a sua inauguração, em 1962, a usina contribuiu para o aumento do parque metalúrgico mineiro, além de gerar um potencial energético equivalente a 500 megawatts e capacidade instalada que chegaria a 396 megawatts, o suficiente para abastecer 1,1 milhão de pessoas.

Esta usina integrou um complexo das três maiores hidrelétricas do país juntamente com a usina de Paulo Afonso e a Central Elétrica de Furnas, sustentando uma integração regional como previsto no Plano de Governo apresentado.

Com a ampliação das usinas, o aumento da produção de energia elétrica e a entrada do Estado no setor a partir do ano de 1955, houve um processo de modernização e estruturação que possibilitou a expansão da capacidade, que chegaria a mais de 93 mil MW alguns anos mais tarde.

Esse crescimento do setor elétrico estimulou a criação de novas tecnologias nas áreas de engenharia das centrais hidroelétricas, na ampliação das indústrias de material elétrico e na produção de insumos mecânicos e eletrônica, abrindo campos para novas indústrias.

Consolidou-se então no país uma vasta indústria de equipamentos; criaram-se firmas de engenharia e de consultoria e surgiram órgãos de pesquisa e laboratórios ligados a instituições públicas e empresas privadas prestadoras de serviços.

Quanto aos trabalhadores, houve a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias e uma ampliação das buscas por formação nas áreas

de engenharia, de projeto, construção e operação de usinas geradoras, sendo notável a transformação social, uma vez que até poucos anos antes tratava-se de um país essencialmente exportador de produtos agrícolas.

Nesse cenário de ampliação de desenvolvimento do parque energético brasileiro, a Cemig incorporou a Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), a Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME) e outras concessionárias constituídas por empresários locais, aumentando desse modo a responsabilidade da empresa na área de distribuição.

Do ponto de vista de financiamentos, em 1961, sob o governo do presidente Jânio Quadros, a Cemig solicitou ao Fundo Especial das Nações Unidas (depois denominado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) um aporte para o estudo do potencial hidrelétrico do estado de Minas Gerais, obtendo em 1962 a doação de 735 mil dólares.

Foram selecionadas pelo Banco Mundial três empresas de engenharia para a realização dos estudos sobre o potencial hidráulico, bem como do mercado de energia elétrica da região Sudeste.

Criou-se então o consórcio *Canambra Engineering Consultants Limited*, formado pelas empresas canadenses *Montreal Engineering Company* e *G.E. Crippen and Associates*, e pela norte-americana *Gibbs and Hill*, que assinaram o contrato com a Cemig para a avaliação do potencial hidráulico dos seis principais rios de Minas Gerais e de parte adjacente do estado de Goiás.

Este estudo concentrou-se ao exame de 280 locais de aproveitamento e na coleta de dados topográficos, geológicos e hidrológicos para avaliação dos respectivos potenciais hidráulicos e custos para investimento. Foram estudados 11 locais, a saber: Funil, Igarapava, Jaguará, Óculos e Aimorés, no rio Doce, Porto Colômbia, Volta Grande e Marimbondo, no rio Grande, São Simão, no rio Paranaíba, Terra Branca e Salto da Divisa, no rio Jequitinhonha.

No período da ditadura militar, iniciado no ano de 1964, a Eletrobrás passou a desempenhar as funções de “*holding* das empresas federais de eletricidade, tornando-se a principal agência de financiamento setorial e coordenadora do planejamento da expansão e operação dos sistemas elétricos do país” (CEMIG, 2005, p. 33).

Nesse período histórico ocorreram reestruturações em órgãos responsáveis pelas funções normativas, fiscalizadoras e de controle dos serviços de eletricidade. Importante destacar também a ampliação do processo de estadualização de grande parte das empresas distribuidoras, incluindo a maioria as ex-subsidiárias da Amforp e das concessionárias privadas brasileiras.

A trajetória da Cemig durante a década de 1960 também foi marcada pela ampliação de suas atividades e pelo desenvolvimento de novas áreas atendidas diretamente pela empresa, entre elas as regiões rurais, uma vez que em 1962 a Empresa Eletrificação Rural de Minas Gerais (Ermig) foi criada como subsidiária da Cemig, iniciando o “primeiro programa ordenado de eletrificação rural implementado no país por uma concessionária de energia elétrica” (CEMIG, 2005 p. 38).

Os três últimos anos da década de 1960 foram marcados por três grandes realizações por parte da concessionária mineira:

Em 1967, a Cemig adquiriu o controle acionário da Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME), passando a administrar os serviços de eletricidade em 57 localidades do sul do estado. As responsabilidades da empresa na área de distribuição aumentaram progressivamente.

Em maio de 1968, a companhia formalizou parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG) para a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi) com o objetivo de fortalecer o aparato institucional de apoio à industrialização do estado.

Em 1969, foi a vez da Empresa Luz e Força Ituiutabana (Elfisa), concessionária dos serviços de energia elétrica em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. A empresa adquiriu o sistema da usina de Pandeiros, implantado pela Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) para atendimento das cidades de Januária e São Francisco, no norte do estado. (CEMIG, 2005, p. 39).

Os anos de 1970 foram importantes para a afirmação da Cemig como grande empresa geradora de energia. Os empreendimentos de grandes proporções, como os aproveitamentos de Itaipu e Tucuruí, demandaram maior concentração de recursos financeiros e a centralização das decisões na Eletrobrás.

As quatro empresas estaduais – Cemig, a Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul – responderam por uma parcela imensurável dos investimentos que garantiram uma significativa expansão de oferta de energia nas regiões Sudeste e Sul até o início das operações da usina de Itaipu em 1984.

Já em 1973, o presidente Médici¹⁸, impôs – através da Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, que dispunha sobre a aquisição dos serviços da eletricidade de Itaipu – a centralização da operação das principais usinas, reservatórios e linhas de transmissão da região, constituindo o Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), sob a direção da Eletrobrás. Essa lei sofreu alterações pelo Decreto-Lei nº 4.550, de 2002.

No mesmo ano, a Cemig incorporou a Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), responsável pela distribuição de eletricidade de Belo Horizonte. Congregou também os bens e instalações da Companhia Prada da Eletricidade, tornando-se responsável pelo fornecimento de energia aos municípios de Uberlândia, Araguari e Tupaciguara.

Outros marcos importantes que ocorreram no final da década de 70 foram as incorporações das empresas

Companhia Luz e Força Hulha Branca, atuante nas cidades de Curvelo, Corinto e Diamantina. Dois anos depois, foi a vez da tradicional Companhia Mineira de Eletricidade (CME), concessionária da região de Juiz de Fora. Diversas usinas de pequeno porte passaram ao controle da CEMIG em decorrência da incorporação das empresas acima mencionadas e de outras concessionárias locais. Algumas dessas usinas foram desativadas e outras reformadas pela companhia, integrando atualmente seu parque gerador. (CEMIG, 2005 p. 41).

A concretização da Cemig como grande empresa que congregou a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica ocorreu em meio às transformações no cenário econômico do Brasil, principalmente em Minas Gerais.

Esse fato se deve aos investimentos realizados na década anterior, que possibilitaram um decisivo impulso ao processo de industrialização do estado. Um fator importante a ser apontado e que contribuiu com a ampliação da diversificação da estrutura produtiva da indústria mineira foi a instalação da Fiat Automóveis na cidade de Betim e de outras empresas nacionais e estrangeiras nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis.

A década de 1980 foi marcada por transformações na economia nacional provocadas pelo grande aumento das taxas de juros no mercado internacional, oca-

18 Emílio Garrastazu Médici foi o 28º Presidente do Brasil, o terceiro do período da ditadura militar brasileira, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Participou da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

sionando maiores dificuldades para a obtenção de empréstimos de crédito externo. A crise econômica e financeira naquele momento teve reflexos diretos sobre o setor elétrico, causando uma rápida retração de sua base de financiamento.

Mesmo diante da crise, e após reduzir seu programa de obras, controlar seu endividamento e adaptar-se às restrições de investimento e às baixas taxas de remuneração, a Cemig intensificou a pesquisa de fontes alternativas e não convencionais de energia, seguindo as novas diretrizes das políticas de racionalização do consumo de derivados de petróleo adotadas pelos governos federal e estadual em decorrência do segundo choque do petróleo.

Na busca por alternativas para a substituição do consumo de derivados do petróleo, foram realizados estudos de potencial energético eólico e solar e de viabilidade da utilização do gás natural em Minas. Outro estudo significativo foi o levantamento das possibilidades de produção e utilização da energia de biomassa, como lenha, carvão vegetal, álcool, bagaço de cana, resíduos agroindustriais e óleos vegetais, sem falar no programa de eletrotermia.

A transformação da empresa em Companhia Energética de Minas Gerais foi aprovada pela Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, promulgada pelo governador Hélio Garcia. Em seu texto a lei dispõe sobre a mudança de denominação de Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. para Companhia Energética de Minas Gerais, e sobre a ampliação de seu objetivo social.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG, criada sob a forma de sociedade de economia mista, com autorização dada pela Lei nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e de conformidade com o regulamento constante do Decreto nº 3.710, de 20 de fevereiro de 1952, passará a ter a denominação social de Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Art. 2º - A CEMIG desenvolverá suas atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial, construindo e operando, entre outros, sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

§ 1º - A CEMIG, sem prejuízo das atividades previstas no “caput” deste artigo, poderá:

I - prestar serviço de consultoria, no Brasil e no exterior, dentro de sua área de atuação;

II - exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação.

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 18.695, de 5/1/2010.)(Vide art. 2º da Lei nº 18.695, de 5/1/2010.)

(O art. 2º foi vetado pelo Governador do Estado e mantido pela Assembleia Legislativa.)

§ 2º - As atividades da CEMIG previstas neste artigo serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participem a CEMIG ou suas subsidiárias, majoritária ou

minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração.

§ 3º – É permitida a transferência de empregados entre a CEMIG e suas subsidiárias e controladas, mantidos os direitos assegurados legalmente e em acordos coletivos de trabalho.

§ 4º – O prazo de duração da CEMIG, de suas subsidiárias e controladas é indeterminado.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 15.290, de 4/8/2004.)

Art. 2º-A. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva das subsidiárias CEMIG Distribuição S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. terão a mesma estrutura e composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da CEMIG.

§ 1º - Na subsidiária CEMIG Geração e Transmissão S.A., a Diretoria de Distribuição e Comercialização será substituída por diretoria sem designação específica e, na subsidiária CEMIG Distribuição S.A., a Diretoria de Geração e Transmissão será substituída por diretoria sem designação específica. (MINAS GERAIS, 1984).

Houve uma ampliação das atividades relativas ao setor de energia. Desse modo, foi constituída em julho de 1986 a Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) como empresa subsidiária para produção, transporte e distribuição de gás combustível ou de seus subprodutos e derivados.

Nos anos de 1981 e 1983 foram realizados investimentos na área de distribuição, sendo priorizadas novas localidades e a expansão das redes de distribuição urbana e periferia através do programa Minas Luz, com apoio da Eletrobrás e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além da incorporação da Ermig, com o programa Cemig-Rural, cujo objetivo era a ampliação das ligações elétricas das propriedades rurais no estado.

Já nos últimos anos da década de 1980, apesar do contexto econômico adverso, a Cemig iniciou a construção da usina de Nova Ponte, no rio Araguari, obedecendo às novas diretrizes de legislação ambiental para os empreendimentos do setor elétrico estabelecidas em 1987 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Posteriormente, outras usinas de menor porte foram construídas, como a hidrelétrica de Machado Mineiro e a usina eólica de Morro do Camelinho.

2 SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA: 1987 a 2020

Após a contextualização histórica sobre a utilização da energia elétrica no Brasil e seu desenvolvimento ao longo dos anos de industrialização até os anos de 1990, conforme apresentado no primeiro capítulo deste estudo, inicia-se a apresentação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas em dois bancos de dados da Capes. A primeira pesquisa foi realizada nos Catálogos de Teses e Dissertações, e a segunda, no Banco de Dados Abertos da Capes.

Para esta investigação, o intuito foi descobrir se nos estudos já realizados entre os anos de 1987 a 2022, nas faculdades de Serviço Social do Brasil, foram produzidos conhecimentos sobre o trabalho profissional de assistentes sociais em empresas do ramo de geração, distribuição e manutenção de energia elétrica, considerando ser este um setor significativo para a economia do país e que se apresenta como um importante espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais.

As buscas centraram-se nas produções acadêmicas realizadas entre os anos de 1987 e 2022, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, dissertações ou teses referentes ao Serviço Social em empresas cuja atividade é a geração, distribuição e manutenção de energia elétrica.

Houve a necessidade de fazer uma referência ao lócus da pesquisa, ou seja, ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e ao Banco de Dados Abertos da Capes como campos de registros de teses e dissertações produzidos no Brasil, e a partir destes, realizar um mapeamento de estudos sobre o tema proposto por esta dissertação.

Posteriormente, realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos sobre o objeto do estudo, em produções acadêmicas, de maneira geral entre os anos de 1987 e 2022, destacando-se as categorias: ano de publicação, região do país, instituição formadora, área de conhecimento, nível de formação e idiomas.

A partir dos dados gerais sobre as pesquisas acadêmicas coletadas nos dois bancos de dados da Capes, o passo seguinte foi uma apresentação dos resultados obtidos através dos estudos das teses e dissertações sobre o Serviço Social em empresas para identificar a existência de estudos sobre o trabalho de assistentes sociais nas empresas do ramo de energia elétrica no Brasil.

Primeiro passo: desvendar o “Estado da Arte”

Com a proposta de conhecer a pesquisa utilizando-se do método “estado da arte”, iniciou-se uma busca bibliográfica em artigos, teses e dissertações para estabelecer a sua fundamentação.

Foram lidas três produções acadêmicas sobre o assunto, sendo uma tese de doutorado defendida por João Arlindo dos Santos Neto com o título “O Estado da Arte da Mediação da Informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos”, apresentada em 2019 para a Universidade Estadual Paulista – Unesp Marília.

Neste estudo, o autor defende que é possível identificar os altos e baixos das produções, conhecer os autores mais produtivos e compreender suas inquietações e motivos.

Para o autor:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que buscam investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002 apud NETO, 2019).

O segundo texto estudado foi a dissertação de mestrado de Carlos Lourenço, intitulada “O estado da arte da produção de teses e dissertações sobre *Games*, entendida como forma de comunicação no banco de dados da Capes entre 1987 e 2010”, apresentada em 2012 para a obtenção do título de mestre pela Universidade de São Paulo.

Para o referido autor, este método de pesquisa possibilita descobrir e compreender quem, quando, onde, como e em quais circunstâncias foi investigado o objeto, possibilitando uma contribuição para pesquisas futuras e novas percepções sobre o mesmo objeto.

Ainda segundo o autor, os resultados das pesquisas realizadas proporcionarão aos pesquisadores a oportunidade de “se aprofundarem em pesquisas já implementadas, de modo a avançar sobre este campo de conhecimento científico de forma mais coerente” (LOURENÇO, 2012, p. 13).

O terceiro texto foi a dissertação de mestrado defendida por Leandro Aparecido do Prado, denominada “O ‘Estado da Arte’ em ciência, tecnologia e sociedade: um estudo em teses e dissertações de 2014 a 2017”, apresentada à Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional de Curitiba em 2018.

Segundo o autor, as pesquisas cuja metodologia é o “estado da arte” possuem a característica de aglutinar ou concentrar temas com afinidade entre si.

Ao passar pelo processo de coleta, análise, mensuração e reflexão sobre os dados, o pesquisador que optar pela metodologia do tipo “estado da arte” conseguirá apontar, caso isso não tenha sido feito com clareza pelo autor da pesquisa, o tema que será explanado durante a pesquisa acadêmica. Posteriormente, após a seleção do seu *corpus* de análise e tendo este os vários temas encontrados em sua coleta, ele perceberá que as pesquisas analisadas tendem para determinados campos que também precisam ser explorados. (PRADO, 2018, p. 23).

Os dados citados nas produções apresentadas são confirmados numa publicação realizada em 2002 pela Prof.^a Dr.^a Joana Paulin Romanowski. Ela pondera que a pesquisa “estado da arte” integra uma metodologia de classificação e de revisão do conhecimento que será submetida a uma análise qualitativa, caracterizando-se como descritiva e analítica.

Quanto aos passos a serem realizados, Romanowski (2002), defende que alguns procedimentos são necessários para se estabelecer o “estado da arte” de uma determinada área do conhecimento:

1. Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; Localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e Acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
2. Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado da arte;
3. Levantamento de teses e dissertações catalogadas; coleta do material de pesquisa selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
4. Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões e a relação entre o pesquisador e a área;
5. Organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
6. Análise e elaboração das conclusões preliminares. (ROMANOWSKI, 2002, p. 15-16).

Pelas quatro produções acadêmicas referenciadas, percebe-se que o método de pesquisa “Estado a Arte” possibilita uma investigação que poderá ser retomada em momentos futuros ou ainda servir como ponto de partida para novos estudos.

Os bancos de dados da Capes como lócus da investigação

Depois de realizadas as buscas aleatórias em *sites* como o *Google* acadêmico, repositórios e bibliotecas das universidades que possuem o curso de Serviço Social, surgiram variados textos, artigos acadêmicos publicados em revistas e em anais de eventos. Houve a necessidade de delimitar os tipos de trabalhos a serem estudados e, desse modo, escolheram-se inicialmente os Catálogos de Teses e Dissertações da Capes.

Neste espaço de concentração de pesquisas, foram realizadas buscas utilizando-se as palavras-chave Empresas, Serviço Social em Empresas, Serviço Social em Empresa do Ramo de Energia Elétrica e Serviço Social.

Foram selecionadas as produções realizadas entre os anos de 1987 e 2022, vinculadas à área de avaliação “Serviço Social”.

Considerando o quantitativo de trabalhos encontrados e o prazo para a leitura, foi necessário delimitar que a investigação se daria apenas com as pesquisas advindas de mestrado e doutorado *stricto sensu*, desconsiderando os estudos realizados no mestrado e doutorado *lato sensu* e demais artigos.

Importante registrar que este montante refere-se às produções de dissertações e teses contendo debates sobre diversos assuntos do Serviço Social, como políticas públicas, habitação, educação, saúde, previdência social, entre outros.

Diante do volume de textos apresentados pelo *site*, foi necessário buscar novas alternativas para se conseguir avançar na pesquisa. Assim, os dados passaram a ser pesquisados na plataforma de Dados Abertos da Capes, onde são inseridos os dados disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes de maneira sistematizada em planilhas de Excel.

Informações apreciadas no banco de dados abertos da Capes

Adentrando o banco de dados abertos da Capes, fez-se a seleção de informações e se delimitou o período, o grau de formação e a área de avaliação, já que as planilhas consolidam as informações por ano de produção, contendo elementos sobre produções acadêmicas de todas as áreas do conhecimento.

Realizada a sistematização dos dados na planilha, partiu-se então para o estudo dos dados encontrados na investigação sobre as publicações gerais, depois de definidas as categorias descritoras:

1. Local: Banco de Dados Abertos da Capes.
2. Tipo de produções: mestrado e doutorado *stricto sensu*.
3. Os anos das produções: desde 1987 até 2022.
4. Área de conhecimento: Serviço Social e Fundamentosdo Serviço Social.
5. Área de Avaliação: Serviço Social.
6. Palavras-chave: Empresa; Serviço Social em Empresa; Serviço Social em Empresa do Ramo Elétrico.

Após a utilização das categorias descritoras sinalizadas acima no banco de dados em geral, encontrou-se um total de 9.502 produções. Os quantitativos serão apresentados por décadas.

Tabela I: Produções acadêmicas localizadas por décadas

Tipo de Produção	1987-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2022	Total
Dissertação	111	959	2354	4156	7580
Tese	15	121	630	1156	1922
					9502

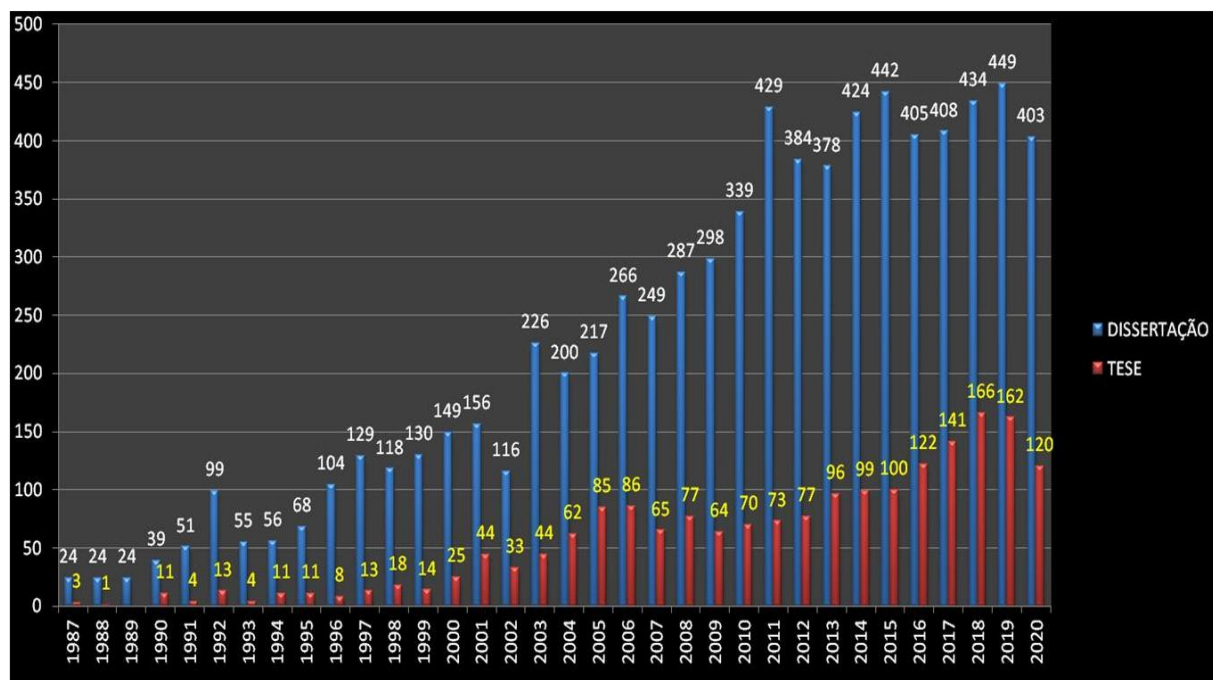
• **Categoria Ano:**

Foram escolhidos os anos entre 1987 e 2022, pois antes desse período os dados eram registrados apenas nas bibliotecas depositárias das universidades nas quais eram apresentadas as teses e dissertações.

Importante registrar que os estudos realizados nos anos de 2021 e 2022 são encontrados no primeiro banco de dados pesquisado, porém não aparecem nas planilhas do Banco de Dados Abertos da Capes, a sugerir que não houve uma atualização do sistema até a realização deste estudo.

O gráfico abaixo ilustra o desenvolvimento das produções acadêmicas brasileiras durante os 33 anos investigados.

Gráfico I: Teses e dissertações por ano



Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2020).

Percebe-se um moderado crescimento durante as décadas de 1980, 1990 e o início de 2000 no número de publicações. Este número teve um aumento significativo a partir de 2003 nas dissertações; nas teses, essa alteração se deu em 2005.

• Categoria região do país:

A região do país com maior número de produções de teses e dissertações é a Sudeste, formada pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentram as escolas de Serviço Social com mais tempo de existência, conforme dados do Ministério da Educação – MEC¹⁹.

¹⁹ <https://emec.mec.gov.br/>

Espírito Santo

- Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes (1971)
- Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam (2003)

Minas Gerais

- Universidade Federal de Viçosa – UFV (2017)
- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (1948)
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG (1946)

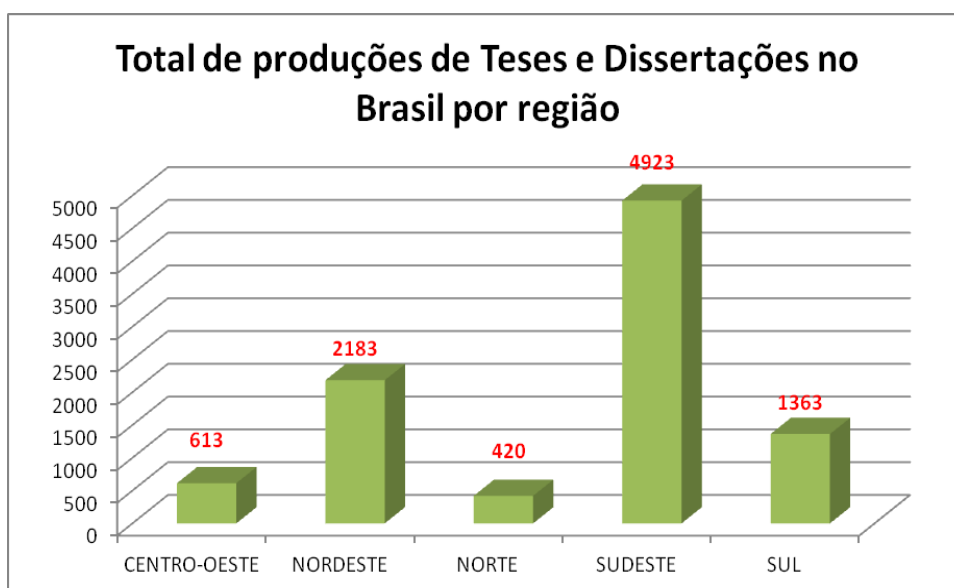
Rio de Janeiro

- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1937)
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1946)
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1944)
- Universidade Federal Fluminense – UFF (1945)

São Paulo

- Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (2009)
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (1936)
- Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul (1996)
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca – Unesp(1977)

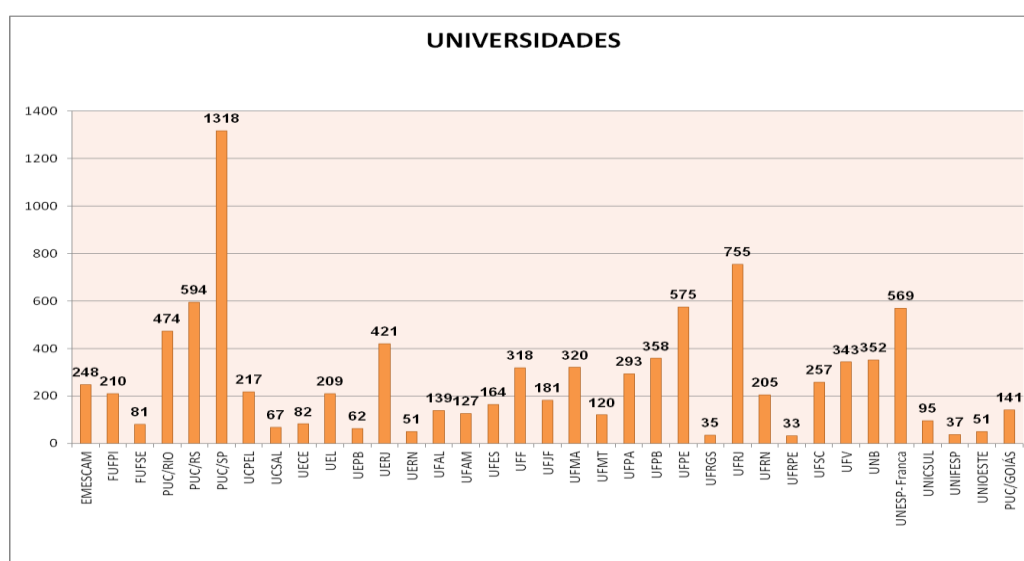
Gráfico II - Produções acadêmicas por região do país



Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

• Categoria Instituição Formadora:

No gráfico III é possível perceber o número de pesquisas realizadas por universidades, que confirmam os dados apresentados pelo Gráfico II.



Fonte: Banco de dados abertos da Capes elaborado pela organizadora (2022).

Quanto às universidades, foram destacadas 35 instituições: duas fundações universitárias federais, sete universidades estaduais, 18 universidades federais e oito universidades particulares.

Quadro I – Perfil das universidades pesquisadas inicialmente

PERFIL DAS UNIVERSIDADES	
Fundação Universidade Federal	FUFPI
	FUFSE
	UECE
	UEL
	UEPB
Universidade Estadual	UERJ
	UERN
	UNESP – Franca
	UNIOESTE
	UFAL
	UFAM
	UFES
	UFF
	UFJF
	UFMA
	UFMT
	UFPA
Universidade Federal	UFPB
	UFPE
	UFRGS
	UFRJ
	UFRN
	UFRPE
	UFSC
	UFV
	UNB
	UNIFESP
	EMESCAM
Universidade Privada	PUC/GOIÁS
	PUC/RIO
	PUC/RS

	PUC/SP
	UCPEL
	UCSAL
	UNICSUL

- **Área de conhecimentos**

As áreas de conhecimento que mais se destacaram foram:

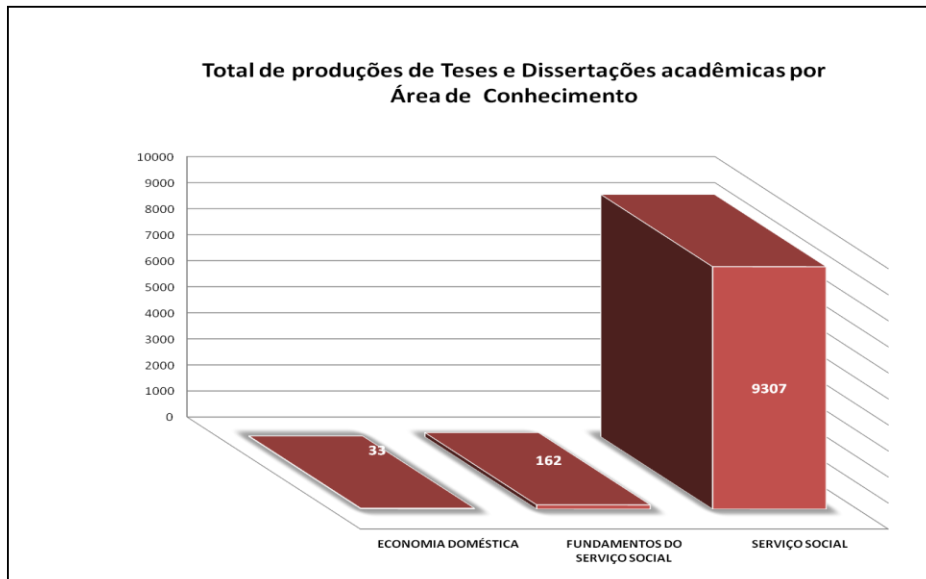
1. **Economia Doméstica:** apareceu nas produções realizadas nos anos de 2015, 2016 e 2017 na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFR/PE, nas linhas de pesquisas “Cotidiano, Bem-Estar e Desenvolvimento Social” e “Culturas do Consumo”.

2. **Fundamentos do Serviço Social:** presente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Entre os anos de 1987 e 2009, constou das linhas de pesquisa: Avaliação de Programas Social; Construção da Teoria do Serviço Social; Desenvolvimento Histórico do Serviço Social; Estudo de Políticas Sociais; História do Serviço Social; Planejamento da Educação, Pobreza e Cidadania; Política Social; Políticas Públicas e Sociais; Propostas Teórico-Metodológicas; Questões Socioambientais; Estudos Culturais e Desenvolvimento Sustentável; Teoria e Metodologia do Serviço Social; Trabalho e Relações de Gênero; Trabalho, Gênero e Políticas Sociais; Violência; Família e Direitos Sociais.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS também se utiliza a área de conhecimento dos Fundamentos do Serviço Social, nas linhas de pesquisa: Formação Profissional; Metodologias do Serviço Social; Serviço Social; Serviço Social Aplicado; Serviço Social da Saúde e Serviço Social do Trabalho.

A área de conhecimento **Serviço Social** foi encontrada em todas as universidades citadas neste trabalho. As linhas de pesquisa apresentam um desafio à parte ao(à) pesquisador(a), pois são muitas e apresentam os mesmos nomes, porém com escritas diversas, incompletas ou com abreviações.

Gráfico IV – Total de Teses e Dissertações por área de conhecimento

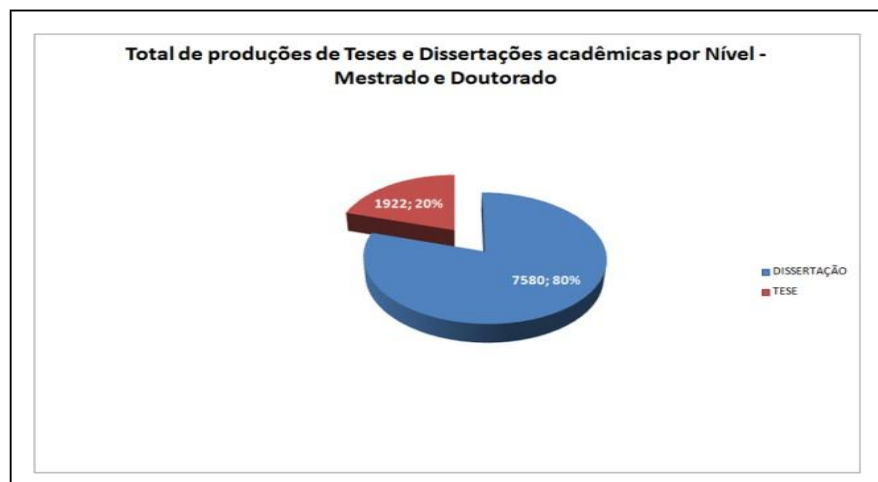


Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

- **Nível de formação**

Da totalidade de produções acadêmicas encontradas no banco de dados abertos da Capes, 20% correspondem às teses de doutorado, contrastando com os 80% das dissertações de mestrado.

Gráfico V – Total de produções de teses e dissertações por nível de formação

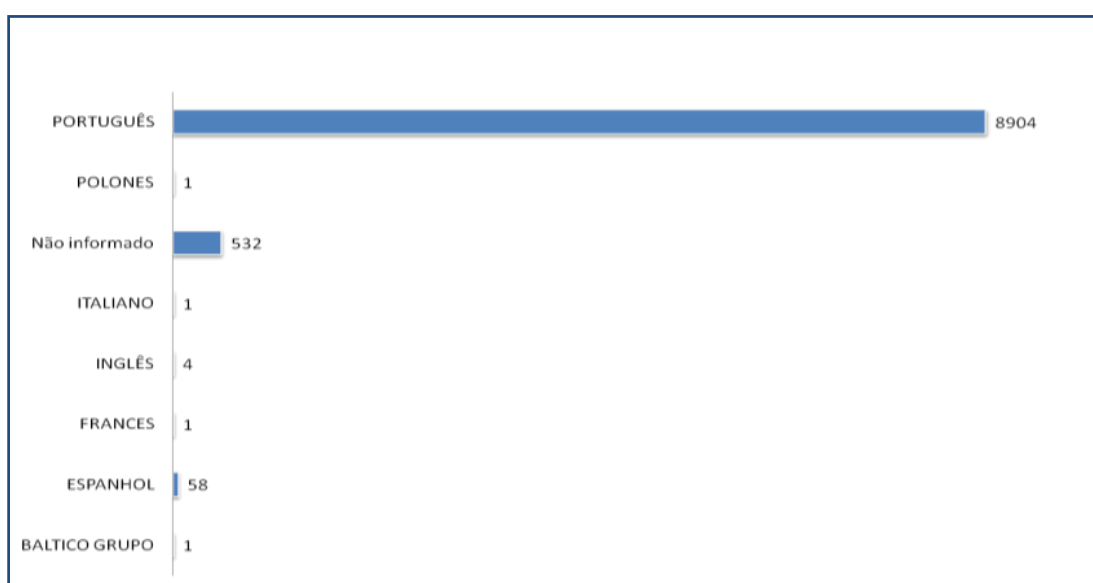


Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

- **Idiomas das produções**

Os idiomas mais utilizados foram português, espanhol, inglês, polonês e italiano.

Chamou atenção o número de registros na plataforma sem indicação do idioma utilizado. Este é um dos pontos de fragilidade da plataforma, pois mantém muitas produções com dados incompletos, dificultando o conhecimento da totalidade das informações.



Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

- **Palavras-chave**

Finalizado o estudo sobre as pesquisas realizadas no Brasil entre os anos propostos e apresentados os dados relevantes sobre as universidades de Serviço Social responsáveis por estas produções acadêmicas, parte-se na direção do foco dessa dissertação: descobrir a existência de pesquisas que versam sobre o Serviço Social em empresas do ramo de energia elétrica.

Para guiar este estudo foram utilizadas as palavras-chave “empresas”; “Serviço Social em empresa” e “Serviço Social em empresa do ramo de energia elétrica”. Localizaram-se, entre teses e dissertações no Banco de Dados Abertos da Capes, 45 pesquisas, utilizadas para o estudo.

TABELA II – Quantitativo de dissertações e teses referentes às palavras-chave utilizadas

Palavras-Chave	Tipo de Produção	1987-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2022	Total
Empresas	Dissertação	2	3	11	19	35
	Tese	0	0	5	3	8
Serviço Social em empresas	Dissertação	0	1	1	0	2
	Tese	0	0	0	0	0
Serviço Social em empresa do ramo elétrico	Dissertação	0	0	0	0	0
	Tese	0	0	0	0	0

Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

Análise das teses e dissertações sobre o Serviço Social em empresas no ramo de energia elétrica encontradas no percurso da pesquisa

Por ser o método “Estado da Arte” a verificação num período de tempo de produções acadêmicas que trazem elementos para responder em quais condições, aspectos e direções foram conduzidas as pesquisas sobre um determinado tema e quais dimensões foram tratadas, verifica-se um universo de 9.502 pesquisas realizadas e 45 estudos encontrados, utilizando-se as palavras-chave estabelecidas e descritas na Tabela II.

A partir deste subcapítulo serão apresentados os resultados das pesquisas com as palavras-chave “Empresas; Serviço Social em Empresas; Serviço Social em Empresa do ramo de energia elétrica”.

Tabela III – Pesquisas encontradas utilizando-se os termos “Empresas, Serviço Social em Empresas e Serviço Social em Empresas do ramo de energia elétrica”

Ano	Sigla IES	Autor	Título	Tipo	Palavras-chave
1987	PUC-RIO	Ana Maria Costa Amoroso Lima	O mito de Sésamo sonho e a realidade dos trabalhadores brasileiros no Iraque	Dissertação	Serviço Social; empresa brasileira no Iraque; trabalhadores brasileiros no Iraque

1989	PUC-RIO	Inês Nascimento de Carvalho	O sistema de creche própria e de reembolso em empresas do município do Rio de Janeiro sob a ótica do empregado e do empregador	Dissertação	Empresa; Entrevistas; Serviço Social
1991	PUC/RS	Beatriz Fortes Rey	O Serviço Social em organizações empresariais. Um estudo exploratório	Dissertação	Serviço Social organizacional; recursos humanos na empresa
1991	PUC/SP	Marlene Monteiro Andre	Os serviços sociais na reprodução da força de trabalho no contexto das empresas estatais: uma análise exploratória	Dissertação	Serviço Social; empresas estatais
1998	UFRJ	Mônica de Jesus Cesar	Reestruturação da produção e gestão da força de trabalho: novas exigências para o Serviço Social nas empresas.	Dissertação	Reestruturação; Serviço Social; empresas
1999	Unesp Franca	Ana Luísa Vilhena Pizzo	A mentalidade do empresariado calçadista francano: existe espaço para o Serviço Social?	Dissertação	Empresa calçadista; Globalização; mentalidade empresarial
2001	Unesp Franca	Maria Estela Monteiro	Perspectivas de ampliação da ação do Serviço Social na empresa: uma experiência sobre o absenteísmo	Dissertação	Empresa; absenteísmo; atuação profissional
2002	Unesp Franca	Maria José de Oliveira Lima	Serviço Social na Empresa: um estudo do trabalho do assistente social na gestão de recursos humanos	Dissertação	Serviço Social; Empresa; Recursos Humanos; Gestão
2003	UFPA	Vera Lúcia Batista Gomes	Novas racionalidades empresariais e consequências sociais sobre os trabalhadores: um estudo de caso na Alabrás	Dissertação	Empresa; trabalhadores; consequências Albrás

2003	Unesp Franca	Elizabeth Regina Negri Barbosa	A responsabilidade social das empresas e os projetos sociais: filantropia ou emancipação social?	Tese	Serviço Social; empresa; projetos sociais; terceiro setor
2006	UFV	Eraldo Teixeira da Silva	Implicações de um Projeto de Responsabilidade Social Empresarial sobre a Qualidade de Vida das Famílias em Cataguases (MG)	Dissertação	Responsabilidade Social da Empresa; Qualidade de Vida
2006	Unesp Franca	Ana Paula Barbosa Indiano de Oliveira	A empresa e a formação no trabalho: um estudo de caso realizado na CTBC de Franca	Tese	Trabalho; Empresa; Treinamento; Recursos Humanos; Gestão de pessoas
2006	PUC/SP	Célia de Oliveira de Santana	As empresas que desenvolvem políticas de Responsabilidade Social	Tese	Responsabilidade Social Empresarial; Políticas; Sociedade
2007	UFV	Michelle Gomes Lelis	Ação social empresarial: o programa TIM arteducação na perspectiva de participantes da oficina dança de rua e de seus familiares em Viçosa (MG)	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; Família
2007	Unesp Franca	Maria José de Oliveira Lima	As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do Serviço Social	Tese	Empresas familiares; Processos de mudança; Gestão
2007	UFMA	Núbia Maria Dias da Cunha	O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial: a expropriação do tempo livre como uma estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador	Dissertação	Responsabilidade Social Empresarial; Trabalho Voluntário
2007	UEL	Janaína Albuquerque de Camargo Schmidt	Responsabilidade social empresarial: uma parceria interinstitucional	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; Parceria institucional

2008	PUC-RIO	Andréa Medrado Martins	Revitalização do centro do Rio e ações sociais das micro e pequenas empresas	Dissertação	Ação social das empresas; Revitalização do centro do Rio
2009	Ufal	Silvia Neli de Lima Guedes Alves	Responsabilidade social: um pacto entre estado e sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo	Dissertação	Responsabilidade social; empresa; trabalho
2010	UFRJ	Márcia Regina Botão Gomes	As condições de trabalho, propostas profissionais e desafios para o Serviço Social nas empresas de consultoria	Dissertação	Serviço Social; consultoria; empresa
2010	UFRJ	Fabio Carvalho de Araújo	O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional	Dissertação	Serviço Social; empresa; projeto ético-político
2010	PUC-RIO	Virginia Alves Carrara	Responsabilidade Social Empresarial: intervenção social e conflito	Tese	Empresários; Responsabilidade Social; Questão Social
2010	UFV	Mariana Morais Pompemayer	Idosos sim, Velhos não: análise a partir da participação em um Programa de Responsabilidade Social Empresarial	Dissertação	Responsabilidade Social Empresarial; Envelhecimento
2011	PUC/SP	Marina Moscovici Mendes	Serviço Social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão	Dissertação	Serviço Social; sustentabilidade; responsabilidade social empresarial
2012	PUC/SP	Maria Cristina Giampaoli	Contingências no trabalho do assistente social em empresas: o caso de consultorias empresariais	Dissertação	Serviço Social de empresa; consultoria; terceirização
2012	UERJ	Carolina da Silva Frade	Responsabilidade Social Empresarial: do confronto à colaboração	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; setor público não Estatal
2012	PUC/SP	Lucélia da Silva Ferreira	Projeto Virando o Jogo: repercussões na vida das	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; projeto social; Criança

			Crianças: área de relações comunitárias da concessionária Ecovias dos Imigrantes		
2012	UCPEL	Tais Ullrich Fonseca	Responsabilidade social da empresa e inclusão pelo trabalho: um estudo no posto cidadão capaz de Pelotas (RS), à luz do beneficiário	Dissertação	Responsabilidade Social da Empresa; Trabalho; Inclusão
2013	PUC/SP	Fernanda Caldas de Azevedo	Consultoria empresarial: o Serviço Social posto à prova	Dissertação	Serviço Social; mundo do trabalho; consultoria empresarial
2013	UFMT	Ana Aparecida Moraes de Oliveira	As ações de responsabilidade social empresarial em Mato Grosso no contexto da reestruturação produtiva	Dissertação	Reestruturação produtiva; responsabilidade social empresarial; trabalhador
2013	PUC-RIO	Roberta Coelho Conceição Silva	Responsabilidade social empresarial no Brasil: um estudo sobre a produção acadêmica na área de conhecimento do Serviço Social, no período de 2000 a 2012	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; Serviço Social; refilantropização da questão social
2013	UFF	Francisco Jose Mendes Duarte	A produção do campo da responsabilidade social empresarial no Brasil e nos Estados Unidos: atores, ideias e instrumentos	Tese	Responsabilidade social empresarial; Brasil e Estados Unidos
2014	PUC-GOÍÁS	Doraci Batista de Toledo Manguci	Responsabilidade social das empresas: indicadores e oportunidades	Dissertação	Empresa; responsabilidade social; desenvolvimento Sustentável
2014	Unesp Franca	Gleison Luis Araujo	As interações da ISO 26000 com a responsabilidade social e o Serviço Social nas organizações calçadistas: estudo de caso	Dissertação	Responsabilidade social; Desenvolvimento sustentável; ISO 26000; Serviço Social e empresa
2015	UFPA	Carla Caroline Barisao de Souza	Demissões (in) voluntárias dos trabalhadores: uma análise da desestruturação do trabalho no	Dissertação	Trabalho; reestruturação produtiva; setor elétrico brasileiro; programa de demissão voluntária

			setor elétrico paraense		
2015	PUC/SP	Eliane Christine Santos de Campos	A gestão no exercício profissional do assistente social: um estudo a partir de demandas profissionais emergentes	Tese	Serviço Social; gestão; processos de trabalhos; demandas profissionais
2015	UEPB	Karolayne Ribeiro de Goes	As novas configurações da precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital: as evidências da precarização na realidade brasileira	Dissertação	Trabalho; Reestruturação produtiva; Precarização do trabalho no Brasil
2015	PUC-GOÍÁS	Claudia Veiga	A política neoliberal nas relações de trabalho na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: diretoria regional de Goiás e o Serviço Social	Dissertação	Trabalho; Reestruturação produtiva; Neoliberalismo; Capitalismo; Serviço Social
2015	UERJ	Marcia Regina Botao Gomes	Serviço Social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?	Tese	Serviço Social; Empresa; Consultoria
2015	UFMA	Neuziane Sousa dos Santos	Do canto de sereia ao presente grego: análise da responsabilidade social empresarial da Vale a partir do Programa Ação Educação no Maranhão, no período de 2012-2014	Dissertação	Responsabilidade social empresarial; Ideologia; Engodo; Educação
2016	UFPA	Giselle Viegas Dantas Rodrigues	Empresas mineradoras do Pará: a questão das estratégias de comunicação na implementação de políticas empresariais sociais	Dissertação	Empresa mineradora; política empresarial social; estratégia de comunicação
2016	Unesp Franca	Tamiris Garcia da Silveira	Planejamento e gestão na responsabilidade social: desafios para o Serviço Social	Dissertação	Serviço Social organizacional; gestão; planejamento; responsabilidade social
2016	Emescam	Janine Vieira Teixeira	Percepções dos trabalhadores do	Dissertação	Empresa brasileira de serviços hospitalares; Hospitais

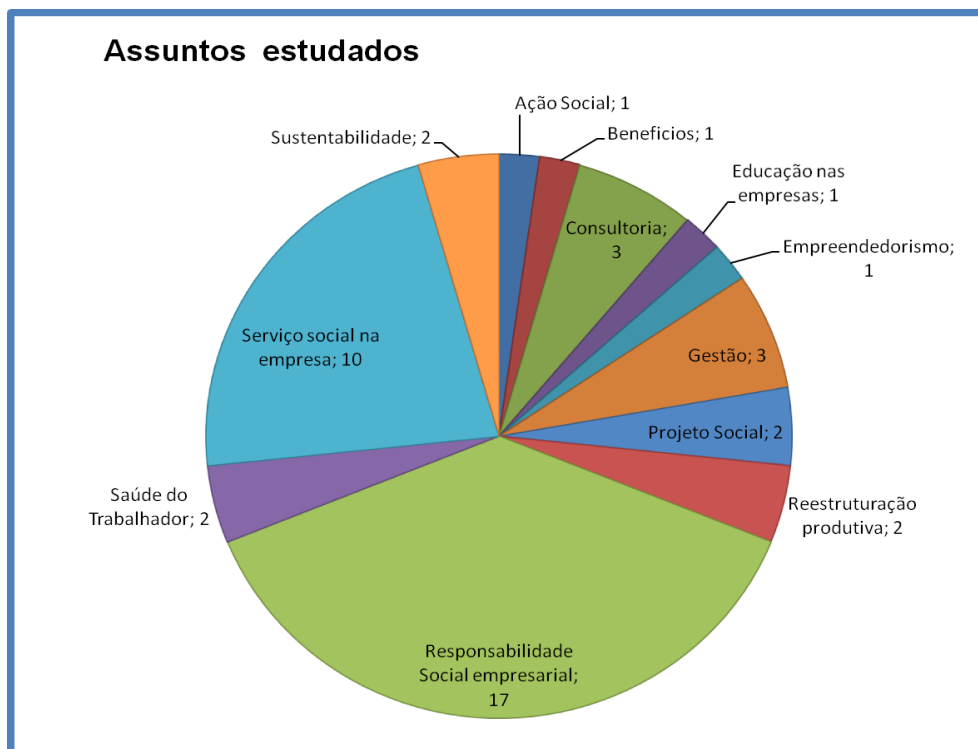
			Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes sobre a implantação da empresa brasileira de serviços Hospitalares (ebserh)		Universitários; Trabalho; Saúde do trabalhador; Pesquisa qualitativa
2018	UFJF	Nicole Cristina Oliveira Silva	Entre conservadorismos e rupturas: análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016	Dissertação	Serviço Social; empresas; formação acadêmico-profissional; trabalho dos/das assistentes sociais; Juiz de Fora
2020	UFV	Camila Garcia do Vale	O trabalho empreendedor: incursões sobre informalidade, motivação e empresa familiar	Dissertação	Trabalho; informalidade; micro e pequenas empresas

Fonte: Banco de dados da Capes elaborado pela organizadora (2022).

Após a organização dos estudos encontrados durante a investigação, partiu-se para a verificação dos resumos apresentados por cada autor(a) para então realizar o descarte das produções referentes ao Serviço Social em empresas que apresentam debates relacionados à responsabilidade social, gestão, educação nas empresas, projeto social, entre outras.

Avaliando a sistematização das 45 dissertações e teses encontradas, verifica-se que os assuntos discutidos podem ser estratificados da seguinte maneira:

Gráfico VI – Assuntos estudados pós-Universidade



Quanto às universidades em que foram propostos os estudos sobre o Serviço Social em espaços empresariais, apresentados no período de 1987 a 2022, três universidades se destacaram ante as demais instituições acadêmicas:

- Universidade Estadual Paulista – Unesp, responsável por oito estudos;
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, com sete estudos;
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, com cinco estudos.

Em seguida:

- Universidade Federal de Viçosa – UFV, com quatro estudos;
- Universidade Federal do Pará – UFPA, com três estudos;
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com três estudos;
- Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO, com dois estudos;
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com dois estudos;
- Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com dois estudos;
- Universidade Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Esmescam, com um estudo;
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, com um estudo;

- Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, com um estudo;
- Universidade Estadual de Londrina – UEL, com um estudo;
- Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com um estudo;
- Universidade Federal de Alagoas – Ufal, com um estudo;
- Universidade Federal Fluminense – UFF, com um estudo;
- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, com um estudo;
- Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, com um estudo.

Desse universo foram selecionadas dez produções acadêmicas cujo assunto é o Serviço Social em Empresas, para verificar se em alguma delas há o debate sobre o Serviço Social em Empresas do ramo de energia elétrica, foco desta dissertação.

Serão apresentadas abaixo as pesquisas selecionadas, considerando seu anode publicação e o objeto do estudo proposto pelos(as) pesquisadores(as):

1. Em 1987, a pesquisadora Ana Maria Costa Amoroso Lima escreveu a dissertação de mestrado intitulada **O mito de Sésamo: sonho e realidade dos trabalhadores brasileiros no Iraque**. Tinha como premissa analisar o “fenômeno da expatriação de brasileiros” como consequência da internacionalização do capital produtivo nacional para o Oriente Médio. A pesquisa foi realizada com os trabalhadores brasileiros “expatriados”, buscando verificar como se dá a prática ‘expatriada’ do Serviço Social e apontar sugestões para o redirecionamento ante o desafio desse novo espaço de trabalho para a profissão.

2. O segundo estudo analisado foi escrito pela pesquisadora Beatriz Fortes Rey, em 1991, com o título **O Serviço Social em organizações empresariais: um estudo exploratório**. Trata-se de um estudo que sistematiza o conhecimento sobre a ação do assistente social nas organizações empresariais. Os principais sujeitos envolvidos em seu estudo foram assistentes sociais que atuam em empresas, suas chefias imediatas e os coordenadores de curso nas escolas de Serviço Social. Retrata um saber profissional a partir da perspectiva dos(as) assistentes sociais sobre o próprio trabalho na área empresarial.

3. Marlene Monteiro André apresenta em sua dissertação, defendida em 1991 com o título **Os serviços sociais na reprodução da força de trabalho ao contexto das empresas estatais: uma análise exploratória**, o movimento de

coerção e consenso existente nas relações de trabalho a partir da prática cotidiana dos diferentes agentes institucionais responsáveis pela prestação de serviços sociais no interior das empresas, em especial das estatais, no Espírito Santo.

4. Com o título **A mentalidade do empresariado calçadista francano: existe espaço para o Serviço Social?**, a pesquisadora Ana Luísa Vilhena Pizzo defendeu sua dissertação de mestrado em 1999, na qual apresentou sua pesquisa referente ao estudo sobre a mentalidade do empresário calçadista francano de 1990 a 1999 e sua relação com o social, procurando investigar as causas da diminuição do campo de trabalho do Serviço Social nas empresas calçadistas. Por ser a cidade de Franca um importante polo calçadista do estado de São Paulo, conhecer a história da formação dessa indústria é essencial para compreender as novas possibilidades de ação do Serviço Social nestas empresas.

5. O quinto estudo é da pesquisadora Maria Estela Monteiro, apresentado em sua dissertação de mestrado em 2001, sob o título **Perspectivas de ampliação da ação do Serviço Social na empresa: uma experiência sobre o absenteísmo**. Através de um estudo de caso, com relato de experiência sobre o desenvolvimento de projeto de intervenção tendo o absenteísmo como eixo norteador/integrador das ações do Serviço Social numa grande indústria alimentícia em Marília (SP), a pesquisadora ressalta a atuação do assistente social, tanto na questão do absenteísmo quanto em outras esferas.

6. A pesquisadora Maria José de Oliveira Lima apresentou em sua dissertação de mestrado, em 2002, um trabalho intitulado **Serviço Social na empresa: um estudo do trabalho do assistente social na gestão de recursos humanos**. Para ela, a história do Serviço Social no Brasil revela que os assistentes sociais sempre foram solicitados a atuar no universo empresarial. Essa atuação profissional na empresa apresentou formas diferenciadas, à medida que se alterava o cenário por intensas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Tais mudanças afetaram sobremaneira as relações sociais de trabalho e, desse modo, os(as) profissionais que permaneceram no universo empresarial, diante de novas demandas de trabalho, foram obrigados(as) a buscar alternativas que correspondessem às expectativas das empresas. Apresentam assim um novo perfil – generalista, interdisciplinar, estrategista, negociado, consultor e gestor – e se destacam no meio empresarial, como profissionais da gestão de recursos humanos.

7. O pesquisador Fábio Carvalho de Araujo defendeu sua dissertação em 2010, com o título **O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional**. Nesse estudo, o autor observa que apreender a atuação dos(as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais constitui um esforço intelectual necessário, sobretudo numa profissão de natureza marcadamente interventiva. A empresa estudada é uma instituição capitalista, e o objetivo principal do estudo foi adensar a discussão da empresa como espaço de atuação profissional. A pesquisa está ancorada em duas fontes principais: uma voltada para a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, através da revista Serviço Social & Sociedade, sobre temas relacionados à empresa e à profissão; e outra fonte que visa apreender a caracterização da profissão neste espaço, a partir das narrativas de profissionais relacionados ao campo empresarial – no caso, a empresa de energia Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A. Tratou de aspectos como as incompreensões acerca da profissão, os limites e as possibilidades de uma atuação legitimada pela classe trabalhadora.

8. A pesquisadora Maria Cristina Giampaoli desenvolveu em 2012 sua dissertação com o título **Contingências no trabalho do assistente social em empresas: o caso de consultorias empresariais**. Nesse estudo, ela problematiza a atuação de assistentes sociais em consultorias empresariais, prestando serviços de forma terceirizada em empresas. Revela-se, essa condição, como uma contingência surgida a partir da reestruturação produtiva brasileira, cujo impacto afetou a classe trabalhadora como um todo, da qual faz parte o(a) assistente social. A reestruturação produtiva desencadeou mudanças nas operações de diferentes setores da atividade econômica capitalista e alterou estruturas produtivas e de mercado de trabalho. Para a pesquisadora, compreender essas alterações na profissão, no espaço ocupacional do Serviço Social nas empresas capitalistas, campo contraditório de atuação, requer resgatar os motivos pelos quais a empresa contrata um assistente social; adentrar as inflexões causadas na profissão, especialmente nesse espaço profissional, a partir da reestruturação produtiva; e ampliar o conceito de consultoria, como forma e espaço de prestação de serviços para a profissão. Nesta dissertação foram apresentados os conceitos de terceirização, flexibilização e precarização das condições de trabalho.

9. Carla Caroline Barisão de Souza apresentou sua dissertação de mestrado em 2015, com o título **Demissões (in)voluntárias dos trabalhadores: uma análise da desestruturação do trabalho no setor elétrico paraense**. A pesquisadora buscou trazer elementos, sob a luz da teoria do método materialista histórico-dialético, com o propósito de analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a subsunção do trabalho ao capital, assim como a funcionalidade dos programas de demissões voluntárias num cenário de reestruturação produtiva, elemento que possibilita ao modo de produção capitalista na contemporaneidade o reestabelecimento da taxa de lucro ante a crise sistêmica que persiste desde os anos 1970. Centrada na experiência da particularidade do setor elétrico paraense e em sua articulação com o sistema metabólico do capital, questiona a produção e a reprodução das relações sociais no contexto de desemprego crônico na sociedade. Expõe como os trabalhadores do setor elétrico paraense encararam seu ambiente e a processualidade do programa de demissão voluntária. Destaca que há um processo geral de fragmentação do trabalhador no setor elétrico brasileiro e que, apesar do enfraquecimento dos sindicatos, eles e mantêm atuantes e organizados. E refere um novo viver tanto profissional quanto familiar e social no cotidiano dos trabalhadores que aderiram ao PDV.

10. Finalizando o estudo dos resumos selecionados como amostras, menciona-se a pesquisadora Nicole Cristina Oliveira Silva e sua dissertação, apresentada em 2018 e intitulada **Entre conservadorismos e rupturas: análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos(das) assistentes sociais em empresas, expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016**. Ela analisa as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos(das) assistentes sociais em empresas, expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016, através da análise de monografias produzidas sobre o trabalho profissional em empresas neste período. O percurso metodológico, realizado mediante pesquisa bibliográfica, orientou-se pela análise qualitativa dos dados encontrados durante a investigação. A dissertação se estrutura em três seções. Na primeira são apresentadas questões que tangenciam o objetivo da pesquisa, como as transformações ocorridas no mundo do trabalho historicamente. Na segunda seção foram abordadas questões relacionadas ao trabalho dos assistentes sociais em empresas desde suas origens no Brasil até a construção de um novo projeto

profissional. A terceira seção apresenta a análise das monografias de cada década elencada, enfatizando o conservadorismo como traço central da concepção de profissão orientadora do trabalho dos(as) assistentes sociais em empresas nos anos 1960; a transição do conservadorismo à ruptura nos anos 1970 e 1980; e a hegemonia da ruptura com o conservadorismo enquanto marca do trabalho profissional em empresas nos anos 1990 e 2000. A partir das análises, confirma-se a premissa de que o trabalho profissional em empresas se metamorfoseia a partir de mudanças endógenas e exógenas que se expressam em diferentes concepções de profissão em cada contexto histórico.

Após a leitura dos resumos das referidas dissertações, avalia-se que em nenhuma delas há a presença de estudos relacionados à empresa de energia elétrica no estado de Minas Gerais. Duas das dez produções apresentaram temas aproximados, como o pesquisador Fabio Carvalho, que trouxe um debate sobre a intervenção profissional numa empresa de grande porte de energia, a Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A.

Já a pesquisadora Carla Caroline Barisão de Souza apresentou seus estudos considerando aspectos dos desafios da atuação de profissional numa empresa de energia elétrica, porém seu objeto de estudo não foi a atuação do Serviço Social, mas sim a precarização do trabalho advindo da reestruturação produtiva, culminando na inserção dos trabalhadores nos Programas de Demissão Voluntária (PDVs) no estado do Pará.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: UMA EXPERIÊNCIA NA CEMIG (MG)

3.1 Contextualizando a inserção do Serviço Social nas empresas

Pesquisas registram a presença de assistentes sociais em empresas brasileiras desde a década de 1940, entretanto, Amaral e Cesar (2009, p. 413) apontam que a partir dos anos de 1970 e, especificamente, durante os anos de 1980, é que se percebeu uma significativa presença de assistentes sociais nas empresas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política, econômica e social brasileira foi propícia para a ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social em organizações empresariais. Isto porque a classe trabalhadora estava inserida num cenário político favorável à participação no movimento operário, que avançava pela mobilização dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica etc., como respostas de enfrentamento ao capital.

Com o fortalecimento político da classe trabalhadora, o Estado e os empresários se unem para criar estratégias políticas a fim de responder aos enfrentamentos dos operários. Surge a necessidade de profissionais especializados para garantir a mediação dos conflitos entre as classes sociais (LIMA; COSAC, 2005, p. 4).

A requisição de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional não ocorreu por solicitação direta do trabalhador que, naquele momento, lutava para garantir direitos sociais e atender a suas necessidades, mas sim pelas instituições empresariais, a fim de viabilizar o atendimento das demandas apresentadas pelos funcionários, como estratégia para o controle da força de trabalho e, também, como uma forma de dar respostas às suas solicitações.

Em pesquisa realizada por Mota (1985, p. 18), a autora considera que a contratação de assistente social pelas empresas confirma a necessidade da classe burguesa em oferecer respostas às reivindicações dos(as) trabalhadores, sobretudo em épocas de expansão do capital.

Isso provoca nas organizações empresariais a necessidade de contratação de profissionais habilitados para desenvolver uma atuação de caráter assistencial e educativo junto aos seus empregados e famílias. Os(as) assistentes sociais são requisitados(as) pelas empresas para atender às demandas do capital e, também, da

classe trabalhadora.

Para Amaral e Cesar (2009), a especificidade da atuação de profissionais de Serviço Social na empresa foi uma ação para a preservação e reprodução da força de trabalho dos empregados, como também uma mediação da relação entre capital e trabalho, resolvendo os conflitos e comportamentos considerados pelos patrões como inadequados.

Ainda segundo as autoras:

Dessa forma, a empresa conseguia controlar e disciplinar sua força de trabalho aos níveis de produtividade requeridos ao seu processo produtivo, participando ativamente da dinâmica de reprodução social das classes trabalhadoras. Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais e desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores. (AMARAL E CESAR, 2009, p. 414).

Naquele contexto, durante as décadas de 1970 e 1980, vale destacar que o Serviço Social brasileiro já buscava um rompimento com as características conservadoras históricas até então presentes no interior da profissão. Tal movimento, conhecido como o Movimento de Reconceituação²⁰ se cria e desenvolve, conforme explica Mota, (1985, p. 15) a partir da identificação da utilização político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com as lutas da classe trabalhadora.

Com o legado do movimento de reconceituação latino-americana da profissão no final da década de 1970, na crise da ditadura, a profissão passou a inserir-se mais criticamente nos movimentos das classes trabalhadoras e nas lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Entretanto, foi no “Congresso da Virada”, em 1979, que a profissão entendeu que, para o nível de transformações que o país estava sofrendo e para o amadurecimento profissional, era necessário ir além, para que houvesse uma formação acadêmica crítica, teórica e rigorosa do ideário profissional, numa tentativa de articulação crítica do conhecimento, da história e da profissão, que passa a compor o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista.

A academia busca no materialismo histórico²¹ uma base de sustentação da teoria social crítica marxista para esclarecer conceitos como ser social, consciência social, meios de produção, forças produtivas, relações de produção e modos de

²⁰ Movimento de reconceituação ver: Netto, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

produção, além de outros conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade, das formações socioeconômicas, da estrutura social, da organização política da sociedade, da vida espiritual, da cultura e do progresso social.

Nos anos 1980, ocorreram as revisões curriculares que destacaram a importância da pesquisa na graduação, na pós-graduação e no debate profissional sobre o Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

A partir da década de 1980, as mudanças históricas deram espaço à recriação da capacidade de análise, interpretação e intervenção na realidade, fortalecida pelo surgimento dos cursos de pós-graduação, alicerçando um novo projeto profissional. Em 1982 houve a reforma curricular que fundamentava a pesquisa como exigência da formação profissional. Mais tarde, em 1987, foi criado o Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas e Serviço Social (CEDEPSS), estimulando e investindo na produção do conhecimento. (PEREIRA et al., 2017, p. 6).

Segundo Netto (2009, p. 30), Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se a partir dele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente de suas concepções teórico-metodológicas.

Diante do cenário renovador da profissão, pautando pela negação do caráter neutro, disciplinador, controlador e beneficente a que estava vinculado desde a gênese da profissão, a categoria de assistentes sociais utiliza como direcionamento as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no exercício diário da profissão. As três dimensões do Serviço Social devem estar articuladas para uma atuação consistente e crítica.

Na dimensão técnico-operativa do Serviço Social, espera-se que o(a) profissional se aproprie de habilidades e técnicas que lhe permitam efetivar seu trabalho junto à população usuária e às instituições contratantes. Sobre a dimensão ético-política, no exercício da profissão, o(a) assistente social não pode se valer da neutralidade; é necessário que tenha posicionamento político em face das demandas existentes, lutando pela garantia dos direitos sociais, além de se posicionar em favor da classe trabalhadora. Por fim, a dimensão teórico-metodológica permite a descoberta de novos caminhos ao exercício profissional do(a) assistente social,

²¹ Materialismo Histórico. Ver: Netto. J.P. Introdução ao estudo do método de Marx. José Paulo Netto. - 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

capacitando-o(a) a enxergar a realidade para além da aparência e da superficialidade, preparando-o(a) para ir além do senso comum.

Os anos de 1990 apresentaram pouca evolução no que se refere à abertura do mercado de trabalho para assistentes sociais em empresas. Foi um período de grandes mudanças na prática profissional em decorrência da nova realidade trazida pelas transformações ocorridas nas empresas a partir da reestruturação produtiva. Segundo Lima (2005), as empresas reestruturaram-se e passaram a exigir profissionais mais qualificados, polivalentes e flexíveis, inclusive os assistentes sociais.

Para a autora:

Esse processo de reestruturação produtiva provocou amplo desemprego, o que resultou em redução do espaço de atuação do Serviço Social nas empresas. A sociedade brasileira, na década de 1990, apresentou intensas mudanças nos rumos da política econômica, afetando consideravelmente as relações sociais de trabalho. Surge um novo paradigma de produção industrial, a automação flexível, que se apoia na força do processo das inovações tecnológicas tanto quanto em mudanças nas estruturas organizacionais, a partir da implementação de processos de trabalho diferenciados. Essas tendências exigem níveis de maior qualificação para a produção e, conseqüentemente, um novo perfil de trabalhador que se enquadre nos objetivos da empresa, ou seja, um trabalhador capacitado para a polivalência, a multifuncionalidade e comprometido com a organização. (LIMA, 2005, p. 4).

Os campos de atuação do profissional de Serviço Social estão em constante mudança. A realidade é dinâmica, e para acompanhar toda a construção e reconstrução de novos conhecimentos e demandas faz-se necessária uma formação continuada que possibilite ao profissional um olhar mais crítico sobre o contexto em cena.

Iamamoto (2010, p. 19) adverte que pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo, a fim de decifrá-lo e participar da sua recriação. Ainda segundo a autora, é necessário alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações – não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las.

Assim como os demais campos sócio-ocupacionais do Serviço Social, as empresas são espaços de grandes desafios para estes profissionais, uma vez que agregam num mesmo espaço infinitas possibilidades de imprimir em seu trabalho as lutas por direitos sociais dos trabalhadores, conforme os princípios do Código de Ética Profissional (ARAÚJO, 2015, p. 44).

Para compreender o sentido deste espaço ocupacional, buscou-se em outras áreas de formação o que seria uma empresa. Infestas Gil (1993 apud LIMA; COSAC, 2005) define empresa como um “sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ao sistema social global do qual faz parte”.

Tal afirmativa é confirmada por Lima e Cosac (2005):

Esse sistema social é complexo porque envolve pessoas e suas heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais e étnicas, que também se fazem representar por um conjunto de habilidades próprias, capazes de transformações no espaço empresarial, com o objetivo de satisfação de necessidades coletivas e individuais. (LIMA; COSAC, 2005, p. 2).

Explorar este espaço de intervenção requer um maior conhecimento por parte dos(as) assistentes sociais sobre o universo empresarial e sobre as relações profissionais estabelecidas com outras áreas do saber, uma vez que, conforme lamamoto (2001), estes(as) não realizam o seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho.

Segundo lamamoto e Carvalho (1983, p. 104), “o Serviço Social é considerado um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de mais ampla abrangência na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente”.

Tanto o empresariado quanto o Estado buscaram intervir nas ações de enfrentamento da pauperização da classe trabalhadora, orientados por uma perspectiva de desmobilização política das organizações de trabalhadores, em prol dos interesses do capital.

Neste contexto de capitalismo monopolista²², o Serviço Social assume uma perspectiva educativa objetivando mudanças de hábitos e comportamentos na intenção de adequar os trabalhadores ao novo sistema, que passa a exigir um maior controle da vida e do trabalho dos operários.

Nas empresas, a atuação profissional do Serviço Social passa a se direcionar para o monitoramento do desempenho e fatores que contribuem para a diminuição ou o aumento da produtividade, tais como: absenteísmo, dependência química, insubordinação, alcoolismo, dificuldades financeiras, conflitos familiares entre outros.

Conforme Araújo (2015, p. 43), ao longo da história, as requisições tradicionais demandadas aos assistentes sociais foram sendo acrescentadas por

proposições dos(as) próprios(as) profissionais diante de mudanças ocorridas na realidade social e no processo produtivo.

Entretanto, os profissionais continuam com sua autonomia restrita, uma vez que precisam seguir as normas, rotinas e projetos determinados pelas instituições para as quais vendem sua força de trabalho, como aponta Guerra (2007).

Em concordância com a reflexão anterior, Mota (1987) reforça que nas empresas, a força da determinação da atuação profissional se sobrepõe aos projetos profissionais de forma mais contundente do que em outros espaços, consolidando, assim, as mais diversas formas de subordinação.

A requisição do Serviço Social nas empresas apresenta confirmações de que o avanço e a ampliação do projeto da sociedade do capital geram novas necessidades sociais e impõem aos(às) assistentes sociais exigências de uma atuação de caráter educativo e assistencial junto aos trabalhadores e familiares, objetivando a manutenção da qualidade da força de trabalho (MOTA, 1987, p. 16).

Do mesmo modo como a sociedade é moldada por contradições, o Serviço Social também se encontra numa posição contraditória ao realizar suas mediações ora atendendo às demandas do empregador, ora respondendo às demandas apresentadas pelos trabalhadores.

Portanto, é possível encontrar profissionais do Serviço Social inseridos em equipes multiprofissionais, presentes em diversos setores das empresas como, recursos humanos, Benefícios Sociais, planos de saúde, segurança, meio ambiente, Comissão de Ética, ouvidoria e setores relacionados a pesquisas de satisfação e monitoramento de Sistema de Gestão.

Para Serra (2000) vale destacar que o Serviço Social é uma profissão interventiva, precisa mostrar utilidade e atender às expectativas das instituições empregadoras. Essa utilidade será medida pela capacidade de dar respostas úteis às necessidades apresentadas pelos sujeitos envolvidos nesse espaço ocupacional.

²² Conforme Netto (1947, p. 19), o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

3.2 Serviço Social na CEMIG: caminhos metodológicos

A pesquisa exploratória permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade, para as quais ainda não temos conhecimento sistematizado nem bibliografia consolidada. Nestas condições é preciso consultar pessoas que tenham alguma experiência na prática em relação ao tema ou que elaboraram alguma observação, ainda que inicial, sobre os fenômenos que estão ocorrendo. Este tipo de pesquisa pode ser instrumento muito importante para o trabalho profissional do Assistente Social e também para a formação dos futuros profissionais. (MARSIGLIA, 2009, In MOTA et. al., 2009, p. 385).

A **pesquisa de campo se realizou** através de contatos virtuais, *e-mails* e *WhatsApp* com as assistentes sociais aposentadas da Cemig, bem como com a análise dos dados apreendidos se deu através da abordagem qualitativa.

Segundo Granger (1982):

[...] a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: a) em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; e b) em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos. (GRANGER, 1982 apud MINAYO, 1993, p. 7).

Segundo Minayo (2006, p. 20), o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Inicialmente houve a proposta de realizar as entrevistas com as assistentes sociais da Cemig em sua totalidade, todavia, o prazo não permitiria tal feito, uma vez que todas as profissionais que atuaram na empresa, no período da criação do setor de Serviço Social já estão aposentadas.

Após as buscas pelos nomes das primeiras profissionais nos registros documentais da empresa, utilizou-se do contato telefônico com uma destas assistentes sociais que veio a contar o nome das primeiras assistentes sociais da empresa e informou o contato telefônico de uma delas.

Realizado o contato e explicado os motivos da pesquisa, a profissional, já aposentada, que será chamada de Amarilis demonstrou muita satisfação em contribuir com a produção do conhecimento sobre o Serviço Social de Empresa e reverenciar a importância das(os) profissionais que ali estiveram durante anos realizando seu trabalho profissional.

Após o contato, orientações sobre a pesquisa e a devolutiva do relato da profissional Amarilis, o nome de outras três profissionais foram sinalizadas, pois

também poderiam apresentar fatos importantes do período em que estiveram atuantes na empresa.

Partiu-se então para os contatos com as outras três assistentes sociais que prontamente se dispuseram a participar e contribuir com a pesquisa. Contudo, na impossibilidade de uma delas, duas profissionais fizeram relatos de suas experiências enquanto assistentes sociais da Cemig e encaminharam via e-mail.

Para a análise desses relatos foram definidas as categorias empíricas apresentadas a seguir. Houve o cuidado de preservar os nomes das assistentes sociais e para a identificação de cada uma foram utilizados nomes de flores.

Tabela IV – Identificação das Participantes da Pesquisa:

Identificação da profissional	Nome fictício	Ano de graduação	Ano de inserção da empresa	Ano de desligamento da empresa	Formada pela IE
A	Amarílis	1969	1973	1993	PUC MG
D	Dalia	1985	1985	2016	PUC MG
R	Rosa	1989	1987	2017	PUC MG

Acredita-se que os elementos trazidos por esta pesquisa trarão importantes contribuições para a categoria de assistentes sociais, principalmente àquelas inseridas em empresas do ramo elétrico e para demais estudiosos, pois se trata de um espaço sociocupacional pouco explorado teoricamente apesar de apresentar uma infinidade de possibilidades para outros estudos.

3.3 A experiência do trabalho profissional de assistentes sociais da Cemig

bem como uma forma de enfrentamento e mediação disciplinadora da classe trabalhadora.

A criação do Serviço Social na Cemig teve seu início na década de 1960 em um período que a empresa ampliava seu leque de atividades, passando a operar de forma integrada nos segmentos de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica, construção de aproveitamentos hidrelétricos através de barragens e, também, realização de pesquisas tecnológica acerca do setor.

Naquele momento histórico, os países latino-americanos, viviam momentos

de muitos desafios e dificuldades. Já se instalava em toda a América Latina a fome, um extenso exército industrial de reserva, as doenças e uma gigantesca massa de indigentes.

No Brasil, a situação não era diferente, uma vez que vivia em um patamar de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Tinha suas atenções voltadas às questões econômicas e de políticas externas, deixando desse modo, a preocupação com as questões sociais para o segundo plano.

Conforme nos aponta Martinelli (2007, p. 141), “a luta de classes ganhava as ruas, os movimentos populares cresciam em organização e mobilização”. Todo o país vivia uma extensa expansão industrial e, tinha o Sesi²³ como um instrumento de organização do empresariado com o objetivo de igualar o direcionamento empresarial frente às definições políticas e econômicas postuladas pelo capital internacional.

A Cemig exercia suas atividades em todo o estado de Minas Gerais, contendo escritórios em Belo Horizonte e nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (DF).

As relações sociais advindas desse processo de desenvolvimento das forças produtivas, a complexidade e o ritmo dos novos processos de trabalho apresentaram novas demandas para as empresas, incluindo a inserção em suas atividades internas, a intervenção de profissionais capazes de realizar ações de cunho assistencial e educativo frente à “questão social²⁴”, consequência dessa aceleração produtiva.

A primeira equipe técnica a prestar serviços sociais à Cemig foi formada pela assistente social Orcelia Barroso, vinculada ao Sesi Minas. Esta passou a prestar seus serviços e trouxe posteriormente outros (as) profissionais, vindo assim a compor a equipe original.

²³ Sesi – O Serviço Social da Indústria é oficializado em 1946, por intermédio do mecanismo de Decreto- Lei nº 9403 de 25 de junho de 1946 durante o governo de Gaspar Dutra ainda vigente, durante o período de elaboração da nova Constituição. (IAMAMOTO, 2007 p. 268).

²⁴ Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

Estruturou-se, então, uma equipe de profissionais do Serviço Social cujos nomes registro: Orcelia Barroso; Edeltrudes Medeiros Guimarães; Maria de Lourdes Fernandes Valadao; Euvaldina Pereira dos Santos e Vera Lúcia Zucari. (AMARILIS).

Com a implantação da Eletrobrás como empresa holding do Brasil, criada em 1960, mas, implantada em 1962, toda a administração e controle das empresas elétricas controladas pelo governo federal passaram à responsabilidade desta e, desse modo, a eletricidade brasileira ganhou nova configuração.

Após os anos de 1964, as empresas do setor elétrico receberam do regime militar o apoio e disponibilidade de recursos financeiros externos tornando-as instrumentos do governo para o desenvolvimento econômico do chamado “milagre brasileiro”.

No ano de 1971 a Assistente Social, Orcelia Barroso deixou a equipe e foi implantar o Serviço Social da Eletros, empresa criada em 26 de novembro de 1971 no Rio de Janeiro, quando se criou a Fundação de Seguridade Social da Eletrobrás.

Estive com ela num breve estágio de intercâmbio profissional em 1972, na Eletros, quando eu gerenciava o Serviço Social da CFLMG Cia Força e Luz de Minas Gerais (empresa subsidiária da Eletrobrás, adquirida mediante compra da regional estrangeira Amforp, que atuava em Belo Horizonte MG). (AMARILIS)

A gerência do Serviço Social da Cemig passou então a ser realizada pela Assistente Social Edeltrudes Medeiros Guimarães, onde permaneceu até 1975.

Em Belo Horizonte, a Companhia Força e Luz criou em 27 de dezembro de 1971 uma Fundação de Seguridade de Fundos de Pensão, a Forluz:

Uma Fundação de seguridade que, além dos outros benefícios assistenciais, pudesse suplementar aos empregados e diretores as prestações a que fazem jus como segurados do INPS, de modo a terem garantidos, ao se aposentarem, quer por tempo de serviço, por velhice ou por invalidez, os salários e honorários que percebiam enquanto em serviço. (LAGES; CARMO, 2013, p. 27).

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Cemig propôs aos seus acionistas a aquisição das ações da Cia. Força e Luz de Minas Gerais, empresa da Eletrobrás, justificando-se ser esta uma oportunidade de expansão das áreas de abrangência.

Os empregados da Cemig possuíam uma associação, fundada em 31 de dezembro de 1959, a Abecê – Associação Beneficente dos Empregados da Cemig, com o objetivo de “prestar assistência social, desenvolver o mutualismo, promover o bem-estar dos empregados da Cemig e assistir, quando possível e conveniente, a terceiros residentes nas áreas servidas pela Associada Protetora” (LAGES; CARMO, 2013, p. 30).

Realizada a incorporação da empresa Cia. Força e Luz de Minas Gerais, as ações da Abecê foram mantidas pela Forluz, fundação de seguridade, como, por exemplo, empréstimos para os mais diversos fins, auxílio financeiro para tratamento médico, internações hospitalares e congêneres e financiamento para a compra de eletrodomésticos e outros bens.

Segundo Lages e Carmo, (2013, p. 30):

A Cemig, anteriormente à compra da Cia. Força e Luz, oferecia a seus empregados, através da Abecê ou por departamentos próprios, adiantamentos para desconto em folha; um Fundo Especial Habitacional de Emergência (Fesphe); o PAS (Programa de Assistência à Saúde), que reembolsava despesas realizadas com tratamento médico; bolsas de ensino médio (destinadas aos filhos dos empregados das usinas); seguro de vida e, por fim, o fundo social especial para contratados, responsável pelo adiantamento e auxílio financeiro aos empregados naquela condição. Após a incorporação, a Cemig realizou diversos estudos e ações para racionalização e aprimoramento dos serviços assistenciais prestados a seus empregados. Importante lembrar que, no caso da Forluz, quando de sua criação pelos acionistas da CFLMG, sua ação de maior relevância viria a ser a complementação dos benefícios de seus participantes, atuando assim, eminentemente, como uma fundação de seguridade social, fato que a diferenciava da Abecê. Entre as razões da incorporação da Abecê pela Forluz, encontramos o propósito da direção da Cemig de também estender a seus empregados o benefício da complementação da aposentadoria.

A inclusão da empresa Cia. Força e Luz de Minas Gerais à Cemig, ocorrida em junho de 1973, trouxe para a equipe de assistentes sociais da Cemig outras duas profissionais: Áurea Maria Starling Albuquerque e Regina Maria Henriques Cruz, que integravam a equipe da CFLMG.

Em 1975, a gerência do Serviço Social da Cemig passou a ser realizada pela assistente social Áurea Maria Starling, que permaneceu no cargo até 1997.

A equipe de profissionais alcançou um número expressivo dentro da Companhia e trouxe mudanças na cultura e, na maneira de atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras, bem como na relação com os gestores e população atingidas pela corporação.

Destaca-se alguns profissionais presentes na CEMIG, tendo como foco, os anos considerados para esta pesquisa, entre as décadas de 1960, que demarca o início da inserção de profissionais do Serviço Social na Companhia, até o final da década de 1980, quando inaugurou no país um novo projeto “que consistia como estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital em face da crise, do avanço tecnicocientífico e das lutas de classe, que se desenvolveram no pós 1970 atingindo as leis trabalhistas, as lutas sindicais, e as chamadas “reestruturação produtiva” e (contra) reforma do Estado”. (DURIGUETTO; MONTANÕ, 2011, p.193)

Tabela VI-Profissionais da equipe do Serviço Social da Cemig

Assistentes Sociais	Pessoal Técnico - Auxiliar Social	Pessoal de Apoio Administrativo
Alba	Amee	Andrea
Áurea Starling	Eni	Cida
Beatriz	Graça Teles	Cristina
Geisa Marques	Necésio	Dirce
Denise Franco	Philomena	Glauce
Denise Luz	Túlio	Neli
Eliza	Vicentina	Vera
Geralda	Vitoria	
Graça		
Ines		
Isabel		
Ivany		
Joaquina		
Juracy		
Ligia		
Lourdinha		
Lyliane		
Maria Helena		
Maria Lucia		
Marlise		
Mirian Guelli		
Neusa		
Regina		
Renata Suzano		
Rosangela		
Sandra		
Taissa Pain		
Teresinha		
Virginia		

O Serviço Social da Cemig tinha como principais frentes de atuação o atendimento individual, direcionado para as demandas dos(as) empregados (as), bem como de suas famílias. A mediação entre relações de trabalho, relações familiares, emergências de saúde, internações, acidentes de trânsito e no trabalho, acidentes domésticos, desequilíbrios financeiros, obtenção de recursos e benefícios sociais junto às instituições constituem benefícios concedidos pela empresa através de seus planos assistenciais, visitas hospitalares e domiciliares.

Segundo Amarilis, “os programas desenvolvidos pelo Serviço Social da Cemig [...] partiram da perspectiva dos profissionais, comprometidos com as demandas que se evidenciavam dos trabalhadores e, antes de tudo, diante do quadro de impactos das intervenções do Setor Elétrico no Brasil”.

Para a entrevistada:

Os Projetos e Programas refletiram o engajamento da equipe com o compromisso de tentativa de contribuir para o processo de libertação do Brasil

dos grilhões da fome, da pobreza, do déficit da educação, do risco da eletricidade para quem efetivamente a opera, da carência de moradia observada entre os trabalhadores, da desruralização desenfreada, ditada pelo lema “enriquecimento do país a qualquer preço”, cujo compromisso era, e ainda é, com a concentração de renda e de poder. (AMARILIS)

A conjuntura em que se desenvolveram os primeiros anos do Serviço Social na Cemig apresentava uma realidade da profissão cuja direção remontava a três tendências: “a modernização conservadora de orientação tecnicista e funcionalista, de manutenção do *status quo*; a desenvolvimentista e reformista dos anos 1950 e 1960; e a vertente da renovação da profissão” (ABRAMIDES, 2016, p. 458).

Conforme explica Netto (1991, p. 137), embora aquele momento de ditadura militar reforçasse o Serviço Social tradicional, sua dinâmica direcionou o processo a o desgaste. As mudanças decorrentes desse período histórico de renovação da profissão trouxeram novos desafios para as assistentes sociais com o Movimento de Reconceituação na América Latina, estabelecendo uma crítica ao Serviço Social tradicional e propondo um novo projeto de formação profissional.

Com a incidência do Movimento de Reconceituação no Brasil, iniciado no projeto pioneiro da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, a categoria passa a utilizar-se da teoria social de Marx e do materialismo histórico-dialético para compreender o significado social da profissão e as contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, visando a uma nova sociabilidade humana.

Por outro lado, havia as exigências por parte das empresas:

Como assistente social, especialmente vinculada às empresas, sempre tivemos a consciência de que vivemos na corda bamba; andamos pisando em fio de navalha. Se pisarmos fundo nas nossas propostas, cortam o nosso pé (proíbem os nossos projetos, demitem a equipe); se pisarmos muito de leve, corremos o risco de cair e os nossos projetos não atenderem aos interesses e demandas dos trabalhadores, como, por exemplo: dos atingidos pelas barragens, LTs, linhas de distribuição da empresa.

Éramos empregados(as) e corríamos os mesmos riscos dos demais trabalhadores (demissão, discriminação nas avaliações e salários etc.), mas o nosso campo de trabalho não era servir a cúpula da empresa e sermos promovidos na hierarquia, e sim servir aqueles que representavam a razão de ser do Serviço Social na Empresa (trabalhadores e suas famílias e as comunidades diretamente atingidas pela empresa). Da mesma forma como se espera do fornecimento de eletricidade: precisão, segurança, resultados... Para quem? Para os trabalhadores da empresa e suas famílias (em todas as categorias, do engenheiro ao artífice), assim como para a imagem da empresa perante a sociedade. E, praticamente, ao custo próximo de zero. Ninguém investia dólares em projetos sociais ou enviava profissionais de Serviço Social para congresso de ponta. Tínhamos de garimpar propostas a partir da nossa própria vivência e do próprio compromisso com o país. (AMARILIS)

Apesar dos avanços pós-debates objetivando uma mudança da profissão, as assistentes sociais vivenciavam a alteração do Código de Ética profissional que, mesmo contendo traços da renovação, inseriu valores liberais, pois mantinham suas bases pautadas pelo neotomismo e pelo funcionalismo.

O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar conta e seguir as diretrizes emanadas de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega.

No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem destinam a sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhes são devidos, tendo em vista o princípio de autodeterminação.

O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando para o estabelecimento de uma ordem social e justa. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45).

No Serviço Social da Cemig, as jornadas eram em regime de escalas de plantão de 24 horas.

Éramos profissionais generalistas: tínhamos de jogar em todas as posições: ponta esquerda, direita, goleiro, gandula, massagistas, pois também éramos seres humanos, com famílias, trabalhadores.

As demandas da empresa ocorriam para nós nas madrugadas, nos finais de semana, nos feriados, em dias de greve, e em todas as regiões do estado de Minas Gerais. Não dava para escolher que dia e que hora a nossa equipe iria trabalhar. (AMARILIS)

Desafios eram muitos: sobrecarga de trabalho e sobrecarga emocional pelo tipo de demanda que chegava ao Serviço Social, principalmente assistência aos acidentados, fosse por choque elétrico, acidentes de trânsito (a frota de veículos da empresa era grande) e terceiros acidentados. Aprendi a ter uma escuta ativa, respeitosa e empática. Acolher o trabalhador, valorizando suas potencialidades, já que na relação capital x trabalho ele era a parte mais vulnerável da relação. Aprendi muito sobre ética, sobre respeitar a história e o passado de cada trabalhador. (ROSA)

Outro desafio apresentado pelas entrevistadas foi a adaptação à descentralização das regionais, pois as cidades polo ficavam longe da capital mineira, onde se localizava a sede da empresa. Desse modo, as profissionais permaneciam distantes de suas gerências diretas.

O Serviço Social, era composto por profissionais categorizados como Junior, Pleno e Sênior. O grupo contendo maior número de profissionais se encontrava trabalhando na capital, em Belo Horizonte MG.

Foram estruturadas 16 representações regionais, todas mantinham a presença de Assistente Social, sendo que naquelas de maior porte tinha se no

quadro um Auxiliar Social, de nível técnico, supervisionado pelo profissional. Foram estas as representações.

Tabela V – Identificação das representações regionais

REGIONAL	MUNICÍPIO
Regional Sede	Belo Horizonte
Regional com trabalho itinerante,	Itinerante
Regional Cidade Industrial	Contagem MG
Regional Anel Rodoviário	Belo Horizonte MG
Regional São Gabriel	Belo Horizonte MG
Regional Norte	Montes Claros MG
Regional Sul	Varginha MG
Regional Leste	Governador Valadares MG
Regional Oeste	Divinópolis MG
Regional Uberlândia	Uberlândia- MG
Regional Uberaba	Uberaba MG
Regional Juiz de Fora MG	Juiz de Fora MG
São Simão construção – São Simão GO	São Simão GO
Emborcação construção – Araguari	Araguari MG
Nova Ponte construção- Nova Ponte	Nova Ponte MG
Construção de Barragens de Controle de Cheias	Norte de Minas e Jequitinhonha MG

Iniciei minha carreira em 1985, tinha 25 anos de idade na época. Foram três anos em Montes Claros. No princípio da carreira, passei muito apertado, pois tinha pouca experiência, a gerência ficava em Belo Horizonte, tinha que me virar sozinha. Às vezes, quando necessário, pedia ajuda das colegas. Em 1989 fui transferida para Belo Horizonte. (DÁLIA).

Acredito que a missão do profissional de Serviço Social nas empresas tem essa natureza. Se é que se pretende efetivamente contribuir, mantendo sob controle o mínimo de efeito colateral do nosso trabalho. (AMARILIS).

As frentes de trabalho eram direcionadas às demandas dos trabalhadores e suas famílias, bem como para comunidades atingidas diretamente pelos empreendimentos da empresa.

Conduziam também a gestão dos Programas e Benefícios da empresa, como Creche, Programa de Reabilitação Profissional junto ao(à) trabalhador(a) afastado(a) pelo INSS, Prevenção de LER, Casais Grávidos e demais programas emanados de debates discutidos no meio sindical.

Assumi a regional norte e noroeste do Estado e desempenhei a função de assistente social na gestão de alguns benefícios concedidos pela empresa, sob demanda da empresa ou do empregado, na intervenção social junto aos

empregados para atender a demandas que impactavam na sua vida profissional e na qualidade de vida pessoal. Também atuei preventivamente em alguns programas da empresa: prevenção de dependência química, gestão do orçamento pessoal e familiar, previdência social, direitos e benefícios etc. (ROSA).

O exercício profissional de assistentes sociais, opera a prestação de serviços sociais atendendo às necessidades sociais e, desse modo, a dimensão técnica-operativa é utilizada.

Segundo Guerra, Bacx e Santos, (2013, p. 48):

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o (a) assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o(a) assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e contrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/ renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico – operativa que o (a) profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas.

Corroborando com a autora, Martinelli apud Magalhães (2006,p. 48) acrescenta que “ instrumental é o conjunto articulado de instrumentos e técnicas qu permitem a operacionalização da ação profissional”.

Os (as) profissionais do Serviço Social da Cemig utilizavam de aparatos técnico-operativo, empregando instrumental técnico como as visitas domiciliares, hospitalares, visitas a trabalhadores em privação de liberdade, identificação de corpos no Instituto Medico Legal, visitas e acompanhamento das condições de moradia dos trabalhadores que viviam em alojamentos, organização de grupos para debater assuntos relacionados à saúde, recursos financeiros e clima organizacional entre ostrabalhadores e gestores.

No pouco tempo que estava em Montes Claros, tive de acompanhar um grave acidente com empregados da empresa, com muitas vítimas. Hoje vejo como aprendemos com as dificuldades. (DÁLIA)

As assistentes sociais direcionavam seu trabalho às populações atingidas pela construção das Barragens ou das Linhas de Transmissão na tentativa de compreender e mitigar parte dos prejuízos causados pelo desenvolvimento industrial como a desruralização de agriculturas familiares, perda de culturas locais entre outros.

Dentre os instrumentais utilizados pela categoria nesta empresa, destaca-se o Inventário Social realizado pela equipe de assistentes sociais como um grande instrumento segundo as entrevistadas, pois, possibilitou à empresa conhecer o perfil

de seus trabalhadores e desafios postos pelas regiões de locação considerando ser Minas Gerais um estado de grande extensão territorial e amplamente diversa.

O Inventário Social, ferramenta utilizada através de entrevistas realizadas com os empregados, fazia o diagnóstico daquela área atendida. Trabalho proativo. As situações apresentadas pelos empregados eram tratadas individualmente, caso a caso, mantendo sempre a ética e o sigilo profissional. (DÁLIA).

Com a inserção do setor de Serviço Social no Setor de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, a equipe de assistentes sociais passou a direcionar seu trabalho para a segurança e a prevenção de acidentes e de adoecimento.

Este trabalho envolveu uma atuação multiprofissional com profissionais médicos(as), enfermeiros(as), engenheiros(as) de segurança, técnicos(as) de segurança e técnicos(as) de enfermagem. Através das Comissões Internas de Prevenção à Acidentes – Cipas e das Semanas Internas de Prevenção a Acidentes de Trabalho – Sipat, realizavam palestras e momentos de reflexões sobre segurança, saúde e qualidade de vida.

Recordo bem a primeira palestra que fiz em uma Sipat. Fiquei tensa, mas me saí bem. A cada palestra que fazia me dava um friozinho na barriga, e assim fui amadurecendo. (DÁLIA)

Em torno de nove anos nessas atividades. O Serviço Social passa a ser subordinado à área de Recursos Humanos, especificamente à de Saúde ocupacional e Segurança do trabalho. Os assistentes sociais tiveram um foco maior na segurança do trabalho. Para atender ao novo direcionamento da Cemig precisávamos atuar na prevenção e acompanhamento sistemático dos empregados em relação à saúde, o que impactava diretamente na segurança e nos riscos ao acidente do trabalho.

Foi um período que nos exigiu trabalhar em equipe multiprofissional: médicos, psicólogos, enfermeira e técnicos de enfermagem, engenheiros de segurança, técnicos de segurança, depois com nutricionistas. Havia vários programas: prevenção à hipertensão, à obesidade, ao alcoolismo e outras drogas, e o trabalhador era orientado pela equipe, acompanhado e poderia ser até afastado da área de risco, se fosse o caso de sua atividade. (ROSA)

Sobre a premissa de formação continuada, a equipe desenvolvia seu processo de estudo e pesquisa por conta própria, pois, apesar da importância de um aprimoramento profissional que desse conta de abarcar tantas mudanças ocorridas no cenário produtivo, e no país, não havia tal aporte da empresa.

A empresa que investe na educação do trabalhador, corre o risco de viver num sistema em que a participação das bases se torna mais efetiva. E seus gestores precisam se preparar para uma convivência nesse clima. O modelo do “eu mando e você obedece” passa a correr sério perigo. (AMARILIS)

Além das atividades já desenvolvidas pela equipe, outros projetos foram destacados durante a pesquisa e, que, foram fundamentais para a Companhia, para os trabalhadores(as), familiares e comunidade. Estas assistentes sociais não apenas apresentaram a que a profissão veio mas, também, apontaram novos caminhos para outros profissionais que chegariam posteriormente. Contribuíram com a produção de novos conhecimentos para a profissão e na mitigação dos problemas socioambientais decorrentes do avanço e ampliação dos parques tecnológicos da empresa.

Os programas de maiores impactos na leitura das entrevistadas foram:

1. A creche, destinadas a atender as demandas das famílias dos trabalhadores, que enfrentavam sérias dificuldades financeiras. O Programa de “Reembolso de despesas com Creche” destinado aos trabalhadores e as trabalhadoras com filhos em idade pré-escolar. Ao Serviço Social foi designada a função de controle de qualidade dos serviços prestados, como da adequada utilização do Programa.
2. Casais Grávidos- Programa de atendimento em Grupos concebido pelo Serviço Social, em convenio com a AEC – Associação dos Empregados do Comércio que adaptou suas instalações no Posto de Saúde, para trabalho com grupos e designou seus médicos para compor o grupo profissional de atendimento aos casais inscritos onde um dos temas considerados relevantes era o debate sobre métodos de controle de natalidade entre outros.
3. Convênio com a AEC- destinado a facilitar o acesso das famílias dos empregados aos serviços médicos prestados a comunidade, os quais eram considerados de ótima qualidade, nas diversas especialidades medicas disponíveis.
4. Convênio com o CRP - Centro de Reabilitação Profissional do INSS em MG. Realizada internamente a padronização do Relatório de Encaminhamento do empregado sujeito ao processo de reabilitação em decorrência de Acidente e ou de Doença, com vistas a acelerar o processo perante a instituição. O modelo foi aprovado e passou se a conseguir resultados muito satisfatórios no encaminhamento dos casos, reduzindo o estresse para o trabalhador da Cemig.

5. Convênio com a CAAD- Coordenadoria de Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência do Estado de Minas Gerais. Programa destinado a concessão de vagas para estágio profissional na Cemig, a pessoas indicadas pela CAAD tendo em vista contribuir para capacitação e preparo para o mercado de trabalho. Estágio de 1 ano nos mais diversos órgãos da Cemig, com remuneração de um salário mínimo e seguro de vida pagos pela empresa. O Serviço Social coordenava o programa, o controle das vagas e fazia o acompanhamento da situação social dos estagiários.
6. Convênio com o SESI- Saúde, Educação e Cultura. Inicialmente com a triagem e encaminhamento dos interessados (empregados e familiares) para os Postos de Atenção Primária. Foi implantado pelo SESI um Posto de Atendimento nas instalações da Cemig, com duas equipes de Odontólogos, atendendo cerca de 10 pacientes por dia. O Auxiliar Social realizava o Controle administrativo desse Programa. Além do atendimento no posto, eram realizadas Palestras Preventivas de Saúde Oral e participação nas SIPATs. Como fomento ao Lazer e a Cultura, o convênio passou a oferecer ingressos gratuitos para os seus eventos no Teatro e na Galeria de Arte, os quais eram distribuídos por sorteio aos empregados interessados, chegando a serem distribuídos cerca de 100 ingressos para peças teatrais de longa temporada. Na área de Educação, o convênio oferecia vagas de ensino nas unidades do SESI, para famílias de trabalhadores da Regional. Fruto dessa parceria, altamente reconhecida pela comunidade trabalhadora, como também pela Direção do SESI, a Fiemg indicou a Auxiliar Social para fazer parte do seu Conselho Consultivo 4, por duas gestões.
7. Escola de Sete Lagoas da Cemig- Trabalho com grupos de menores aprendizes das atividades operacionais da Cemig, que se encontravam em regime de internato na escola, abordando questões sociais como a Relação na Empresa, na Família, Vida social, Carreira, Métodos de controle da natalidade, Preparação para a Aposentadoria, Prevenção de Acidentes, de DST, de Alcoolismo, outros temas.
8. CIPAs Regionais da Cemig- O Serviço Social atendendo convites dos órgãos regionais da empresa realizava palestras abordando questões sociais ligadas aos temas de interesse das equipes de cada local.

9. Assistência as pessoas da Comunidade acidentadas em redes da Cemig. Sendo esse assunto sempre debatido entre o Serviço Social nas SIPATs, reuniões com as chefias, ou em palestras para a comunidade.
10. Programa Habitacional de Emergência para empregados com moradias em situação de risco.
11. Assistência em Grupos para prevenção de LER e assistência aos portadores de lesões por esforço repetitivo. Doença profissional com efeitos sérios para a vida do trabalhador, até então desconhecidos por eles próprios como pelas chefias. As dinâmicas de atendimento aos grupos se tornaram um laboratório de pesquisa para o Serviço Social e foi o que sustentou o trabalho de atendimento individual aos lesionados.
12. Congresso de Tanatologia de MG- palestra sobre a morte e o morrer de grandes queimados em redes elétricas. Essa participação no congresso foi fruto de parceria estabelecida entre o Serviço Social com o setor de Cirurgia Plástica do Hospital Sarah Kubistchek de Belo Horizonte.
13. Publicação interna no Serviço Social sobre " Responsabilidade Social de Empresas do Setor Elétrico". Esse trabalho se tornou conhecido no âmbito do COGE -Comitê de Gestão Empresarial da Eletrobrás que determinou a criação de grupo de estudo e trabalho (Cemig, Cesp, CPFL, CELG, Chesf) sobre essa questão. Fruto desse estudo, o COGE editou uma publicação denominada " Balanço Social de Empresa ", com ampla divulgação dentre as empresas do Setor Elétrico.
14. Estágio acadêmico para alunos de Serviço Social, concedidos especialmente para aqueles vinculados a PUC MG.
15. Preparação para a aposentadoria na empresa, com a criação de um programa, que passou a ser denominado PPA. Trabalho destinado aos empregados interessados nessa questão, independentemente da faixa etária, escolaridade, do tempo de previdência, e do nível funcional.

16. Estudos e publicações sobre as comunidades sujeitas a implantação de Barragens. Estudos realizados basicamente a partir de pesquisa de dados secundários (IBGE, Min. Marinha, Sec. Fazenda de MG, IEF, TRE, Bibliotecas, Publicações de historiadores, ou dos próprios Municípios, entre outras). Abrangiam dados relativos a População, Economia nos três setores, Cultura, Vida Social, etc. Realizava-se, a partir dessa pesquisa, análise dos principais impactos previstos e apresentavam –se propostas de medidas a serem adotadas pela Cemig, tanto no que se referia as comunidades atingidas, quanto para a comunidade de trabalhadores que seriam envolvidos
17. Estudo sobre a construção do aproveitamento hidrelétrico de Emborcação, no Rio Araguari. Esse estudo representou um marco para o Serviço Social e, porque não dizer, para a construção civil pesada e a própria Cemig. Analisando o contexto nacional, especialmente no que se refere aos impactos do Setor Elétrico para a economia e para as comunidades envolvidas, realizou-se o estudo com enfoque da mitigação dos custos e dos efeitos para a região diretamente envolvida. Verificou-se que a proximidade do eixo da barragem seria muito próxima de Araguari MG. A infraestrutura da cidade se mostrava inteiramente favorável para absorver o contingente de trabalhadores que estariam envolvidos, mantendo a cidade uma cultura aberta ao investimento que poderia lhe proporcionar crescimento, sem sufocar seu cotidiano. A cidade oferecia todos os recursos para absorver um grande contingente de construção civil pesada. Os trabalhadores poderiam residir com suas famílias na cidade, freqüentar escolas, recursos de saúde, de lazer, bancos etc. Com a Cemig implantando sistema de transporte eficiente para o contingente da obra. Apenas uma curva acentuada na rodovia de acesso nos causou uma certa preocupação, no aspecto da segurança. A recomendação do Projeto do Serviço Social foi no sentido de que a empresa não implantasse Acampamento de Obras (tipo cidade, com moradias, escolas, hotéis, hospital, como vinha sendo a tradição de obras de barragens no Brasil.
18. Nova Ponte, no rio Araguari. Os Estudos foram realizados com as mesmas características dos estudos anteriores para o diagnóstico dos impactos da implantação da barragem. Vários municípios se encontravam na área de abrangência, chegando a atingir até mesmo Araxá MG no remanso do lago projetado. Uma missão do BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento veio a

Cemig para negociações com a cúpula da empresa. As assistentes sociais foram convocadas, para responder ao representante do banco sobre as expectativas da população quanto as medidas a serem adotadas diante da inundação das áreas urbanas e rurais. Na área rural os ribeirinhos tinham cultivos tradicionais e grande parte das famílias vivia da agricultura familiar para abastecer o mercado local ou enviar seus produtos para Uberlândia MG. Na área urbana que seria totalmente inundada, havia moradores tradicionais e aqueles que par ali se mudaram após o conhecimento da noticia da barragem.

19. Barragem de Capim Branco- represa de regulação do sistema a montante, para garantir a segurança hídrica de Nova Ponte especialmente nos períodos de seca, quando ocorre forte depleção no lago. Foi realizado o estudo inicial da região atingida. O atendimento as demandas sociais dos trabalhadores na Regionais Uberlândia e Uberaba.

20. Participação no Comitê Brasileiro de Grandes Barragens onde foram apresentadas as Publicações Balanço Social, Responsabilidade de Empresas do Setor Elétrico, e Preparação para a Aposentadoria.

21. Barragens de Controle de Cheias no Norte de Minas e no Jequitinhonha- onde eram realizados os atendimentos pelas Assistentes Sociais itinerantes (2) designadas para essas regiões, mantendo-se cobertura das demandas tanto das comunidades diretamente atingidas, quanto daquelas dos trabalhadores da Cemig nessas regiões. Como exemplos, Pedra Azul, Águas Vermelhas, Berilo, Salinas, Berizal.

22. Barragem de Águas Vermelhas- nesse Projeto, foi realizado o primeiro estudo Do Serviço Social sobre os impactos a jusante de barragens. De modo geral poucas referências se encontram sobre as questões enfrentadas pelas populações que encontram nessa condição. A vida dessas populações se altera significativamente. O rio muda o seu curso, seu volume. A relação com o rio se altera. A produção dos ribeirinhos fica modificada. Alguns perdem a capacidade do exercício da pesca. Atividades como lavar veículos a beira do rio se mostrou alterada. E, como a população não compreende que tais modificações se deram devido ao barramento, fica um pensamento de certa forma mágico. Cabe ao Setor

Elétrico examinar com rigor essas situações, porque elas remetem a interferência realizada no rio, ao se fazer o barramento. Essa situação quando ocorre em Usinas de grande porte, por exemplo, como em Três Marias no rio São Francisco, todo um controle por parte das populações a jusante logo se manifesta. Pirapora constata redução do índice pluviométrico e suas imediatas conseqüências para a navegação.

Considera-se que todo o trabalho realizado pelas assistentes sociais da Cemig foi fruto de um forte compromisso com a profissão e com a classe trabalhadora.

As décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 apresentaram conjunturas muito adversas e desafiadoras para a categoria; por este motivo, há uma importância ímpar em se “vasculhar” os acervos do Serviço Social nas empresas e investigar a realidade do profissional do campo, aquele que detém o saber empírico. Deve-se produzir conhecimentos sobre este espaço sócio-ocupacional, pois há muito ainda a se dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação ora apresentada teve como objetivo principal compreender o trabalho profissional desenvolvido por assistentes sociais na empresa Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig.

Tal objetivo foi possível a partir da realização do “estado da arte” sobre o Serviço Social em empresas, que possibilitou a oportunidade de acesso a diversas teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação das escolas de Serviço Social do Brasil.

A referida metodologia se baseia em estudos já realizados em que é possível observar as lacunas presentes nas pesquisas, que poderão ser exploradas de maneira mais aprofundada em estudos posteriores.

Outra percepção importante acerca da metodologia utilizada é que ela constitui uma importante ferramenta de análise e de contato com o arcabouço teórico construído pela categoria de assistentes sociais.

Inicialmente, um dos fatos mais desafiadores encontrados durante a realização da pesquisa foi o processo de isolamento social, ocorrido em decorrência da pandemia de Covid-19, que impactou a realidade e trouxe consequências para a vida de toda a população mundial.

Com as universidades fechadas devido aos Protocolos de Saúde e Segurança, os acessos às bibliotecas também ficaram comprometidos, dificultando a consulta a livros que abordam a temática do Serviço Social em empresa, objeto deste estudo. As bibliotecas e setores de registros da empresa estudada também estiveram fechados em decorrência da pandemia.

Através das plataformas de bancos de dados da Capes, foi possível localizar teses e dissertações com temáticas muito interessantes e que poderiam contribuir para enriquecer este estudo; entretanto algumas destas produções estão depositadas em bibliotecas de universidades que não liberaram os acessos; desse modo, não foi possível ler o trabalho na íntegra, tendo-se acesso apenas aos resumos.

Com tantos desafios encontrados, o interesse de realizar um estudo qualificado e comprometido serviu de “motor” para impulsionar a realização da pesquisa. O desejo de dar visibilidade ao trabalho realizado por assistentes sociais pioneiras, atuantes numa empresa de grande importância para Minas Gerais e para o Brasil, e

que ainda não havia sido explorado de maneira aprofundada em produção acadêmica, foi compartilhado pelas profissionais que participaram da pesquisa através de seus relatos de experiências.

Importante registrar que são assistentes sociais que estiveram presentes em momentos emblemáticos e desafiadores para a categoria em todo o país, como foi no período de Ditadura Militar, quando muitos(as) profissionais do Serviço Social foram perseguidos(as).

Também nos momentos de grandes construções das usinas hidrelétricas, onde tiveram um trabalho mais aproximado com as comunidades e com a população para conhecer as culturas locais. Ações estas realizadas através das visitas às regiões afetadas pelas mudanças do curso dos rios ou áreas alagadas; mediações entre empresa e comunidades na tentativa de mitigar os conflitos de interesses postos para aquele momento histórico conforme citado nas entrevistas: *“com o pé na estrada de carona com os moradores”* ou com os *“pés nas águas dos rios para conversar com as mulheres ribeirinhas para conhecer a importância daquelas águas para a comunidade”*.

Essas profissionais tiveram uma importância ímpar na contribuição para a renovação da profissão de Serviço Social, haja vista que com todos os desafios colocados pelo contexto histórico, elas realizavam suas intervenções de maneira crítica e reflexiva, colaborando para o fortalecimento do Movimento de Reconceituação da profissão no país.

Apesar da impossibilidade de realização da pesquisa de campo presencialmente, foi possível apreender muitas informações sobre o início do Serviço Social na empresa Cemig, pois as participantes muito contribuíram com a produção do conhecimento sobre este espaço sócio-ocupacional.

Diante do exposto, registra-se que as reflexões realizadas aqui estão longe de esgotar a temática. Esta dissertação representa apenas um ponto de partida para outras investigações sobre o Serviço Social em empresa.

Por fim, espera-se que este trabalho sirva de inspiração à realização de novos estudos e à descoberta de histórias pioneiras, como as das assistentes sociais da Cemig, a fim de proporcionar a esta e às futuras gerações de assistentes sociais a compreensão necessária sobre o Serviço Social e as mudanças ocorridas na profissão, decorrentes do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 127. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARAL, A.; CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

ARAÚJO, F.C. O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional. In: **O Serviço Social em empresas para além de críticas: espaços de enfrentamento e atuação profissional.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. **Código de Ética do(a) Assistente Social comentado.** Conselho Federal Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI. **Política social: fundamentos e história.** 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política;** trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

CACHAPUZ, P.B.B. **O Aniversário da Light.** Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006. Memória da Eletricidade: Disponível em <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/artigos/54807/aniversario-da-light>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CACHAPUZ, P.B.B. **Usinas da CEMIG: 1952-2005.** / Coord. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/13596/usinas-da-CEMIG-a-historia-da-eletricidade-em-minas-e-no-brasil-1952-2005>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CACHAPUZ, P.B.B. **A história do setor elétrico.** Relatório anual 2021. Centro de Memória da Eletricidade 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Viviane%20Arcanjo/Downloads/relatorio-anual-memoria-da-eletricidade-2021-pdf%20\(1\)](file:///C:/Users/Viviane%20Arcanjo/Downloads/relatorio-anual-memoria-da-eletricidade-2021-pdf%20(1)). Acesso em: 15 jan. 2022.

Centro a Memória da Eletricidade no Brasil. **Energia Elétrica no Brasil: breve histórico: 1880-2001.** 1. ed. Rio de Janeiro, 2001.V. 1. p. 223.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Revista Comemorativa de 40 anos. 1992.** Disponível em: http://www.CEMIG.com.br/ptbr/a_CEMIG/Nossa_Historia/Documents/revista%2040

%20anos%20CEMIG%20agrupada. Acesso em: 26 ago. 2019.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS., **Revista Comemorativa dos 50 anos.** 2002. Disponível em http://www.CEMIG.com.br/ptbr/a_CEMIG/Nossa_Historia/Documents/revista%2040%20anos%20CEMIG%20agrupada. Acesso em: 26 ago. 2019.

COSTA. F.J.L.; MIANO. V.Y.M. **A propriedade e a regulação do setor elétrico brasileiro e suas relações com a eficiência do sistema.** Revista de Gestión Pública, V. VII, número 2, p. 203-222, Julio-Diciembre 2018. Disponível em: <https://revistas.uv.cl/index.php/rgp/index>. Issn 0719-1820. Acesso em: 20 out. 2021.

GUERRA, Y. **O projeto profissional:** estratégias de enfrentamentos das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 91, p. 5-33, 2007.

GOMES, Antonio Claret Silva et al. **O setor elétrico** apud: SÃO PAULO, Elizabeth Maria De; KALACHE FILHO, Jorge (Org.). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais. Rio de Janeiro: DbA, 2002. Sv. p.[1-280]. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13975>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOMES. J.P. P; VIEIRA. M. F. **O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002**-Revista de Administração Pública RAP. Rio de Janeiro 43(2): 295-321 - mar./abr. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6689> Acesso em 11 nov. 2021.

IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INFESTAS G, A. **Sociologia de la empresa.** 2. ed, Salamanca: Amarú, 1993.

LAGE, P.R.A; CARMO,S.R. **Forluz – 40 anos** - Belo Horizonte: Palco Editora, 2013.

LESSA, C. **15 Anos de política econômica.** 2. ed. Brasiliense. São Paulo, 1981.

LIMA, M.J.; COSAC, M.D. **Serviço Social na Empresa.** Revista Katalysis v. 8 n. 2. Florianópolis-SC, p. 235-246. 2005.

LORENZO, H.C. **Eletrificação, urbanização e crescimento industrial no estado de São Paulo, 1880-1940.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. São Paulo – 1993. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104475>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LORENZO, H.C. **O setor elétrico brasileiro:** passado e futuro. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 24/25, 2001/2002. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11449/108151> Acesso em: 11 nov. 2021.

LOURENÇO, C.E. O **"Estado da arte" da produção de teses e dissertações sobre games** - entendidos como forma de comunicação - no banco de dados Capes realizada entre 1987 e 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-17052013-114516/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MAGALHÃES, S.M. **Avaliações e linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras Editora, 2006.

MARSIGLIA, R.M.G. In. Serviço Social e saúde. Ana Elizabeth Mota (Org.). 4. ed. São Paulo. Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social:** identidade e alienação- 11.ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, M.C; SANCHES. O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262,1993.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOTA, Ana Elisabete. **O feitiço da ajuda:** as determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

NETO. J.A.S. **O estado da arte da mediação da informação:** uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista – Marília- 2019 .Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181525/santosneto_ja_dr_mar. Acesso em: 10 jan. 2022.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

PEREIRA, R.B. **O Setor Elétrico Brasileiro no período de 1930 a 1964 e o Desenvolvimentismo.** 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121956>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PRADO, L.A. **O “Estado da Arte” em ciência, tecnologia e sociedade:** um estudo em teses e dissertações de 2014 a 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter – Curitiba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/118/LEANDRO%20APARECIDO%20DO%20PRADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2021.

REIGOTO, L.M. **Governo Dutra:** cenário externo, debate interno e política

econômica (1946-1951). Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2017. Disponível: [https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/20%20Governo%20Dutra%20cen%C3%A1rio%20externo,%20debate%20interno%20e%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20\(1946-1951\).](https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/20%20Governo%20Dutra%20cen%C3%A1rio%20externo,%20debate%20interno%20e%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20(1946-1951).)

ROMANOWSKI, J.P. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-134348/pt-br.php>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SAES, A.M. **Energia elétrica e diplomacia: relações Brasil-EUA no setor elétrico brasileiro, 1945-54.** Revista História Unisinos, vol. 24, nº 2, pp. 240-255, 2020. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Paulo. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5798/579865459007/html/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, C.M.; BACKY, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 2 ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

SILVA, B.M.R.; STAMPA, I. **SERVIÇO SOCIAL E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985).** Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Brasília-DF. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/123/119>. Acesso em: 5 mai. 2022.

SILVA, M.O.S. in. **Serviço Social & Sociedade nº 100. O Congresso da Virada e os trinta anos.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M.S. **A estatização do setor de energia elétrica: embates entre entreguistas e tupiniquins no centro diretivo do segundo Governo Vargas (1951-54) - Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n. 1, p. 157-164, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2143/1838>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SOUZA FILHO, R. **Apontamentos sobre o Materialismo Dialético.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 3, n. 1 e n. 2. Jan./dez. 2003. p. 115-130.

TAVARES, M.A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais.** In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Legislações

BRASIL. LEI FEDERAL nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Instaura o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – [Revogada pela Lei nº 10.406, de 2002]. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/l307. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 8.031, de 3 de outubro de 1945. Diário Oficial da União – Seção 1 – 9/10/1945, Página 15929- Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del8031.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 2.308, de 31 de agosto de 1954 – Diário Oficial da União- Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2308.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 3.782, de 22 de julho de 1960 – Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2308.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 – Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3890acons.htm. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 5.899, de 5 de julho de 1973 – Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5899.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.899%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201973.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20dos,ITAIPU%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 8.631, de 4 de março de 1993 – Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8631.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.631%2C%20DE%204%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201993.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20fixa%C3%A7%C3%A3o%20dos,garantida%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 5.899, de 5 de julho de 1973, [Lei alterada pelo Decreto-Lei nº 4.550, de 2002]. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5899.htm#:~:text=L5899&text=LEI%20N%C2%BA%205.899%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201973.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20dos,ITAIPU%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs Acesso em: 1 mar. 2022;

MINAS GERAIS, LEI ESTADUAL nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=8655&comp=&ano=1984> Acesso em: 2 mar. 2022.

MINAS GERAIS, LEI ESTADUAL nº 828, de 14 de dezembro de 1951. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-828-1951-minas-gerais-dispoe-sobre-organizacao-de-sociedades-de-economia-mista-destinadas-a-financiar-e-executar-servicos-de-energia-eletrica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 8 jan. 2022.